

## Orçamento depende de repasse a estados

O acordo para votação do relatório geral do Orçamento de 2006 depende agora de lei complementar regulamentando o fundo de ressarcimento aos estados exportadores. A missão cabe aos secretários estaduais de Fazenda, que negociam com a área econômica do governo, o que pode atrasar a votação do texto orçamentário. Carlito Merz garantiu R\$ 3,4 bilhões em seu parecer final, mas condicionou a liberação dos recursos à definição de regras permanentes para os repasses da Lei Kandir.

PÁGINA 3

# Eleições: Congresso debate as regras definidas pelo TSE

PÁGINA 15



Reunidos na sexta-feira, ministros do TSE mantiveram verticalização este ano, contrariando PEC que aguarda promulgação

## 180 anos do Senado: embates que levaram à República

A terceira reportagem da série mostra que, em meio à insatisfação da Igreja e à pressão dos latifundiários contra o fim da escravatura, os militares depõem o gabinete nomeado por dom Pedro II e anunciam a Proclamação da República.

PÁGINA 20

## Ação de "coiotes" pode ser punida com mais rigor

PÁGINAS 4 E 5

## Maior controle na produção e venda de medicamentos

PÁGINA 8

## cidadania

### Evitar desperdício e economizar energia são responsabilidade de todos

A redução no consumo de energia e o fim do desperdício, nas empresas e nas casas, geram economia de gastos, além de contribuir para evitar apagões. No *Especial Cidadania*, veja como fazer um bom uso da energia e conheça a "casa inteligente".

PÁGINA 24

## e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

CONHEÇA O SENADO

Página 23

## CPI quer comprovar mensalão e apresentar novos envolvidos

A previsão de término da CPI dos Correios até o fim de março faz aumentar as especulações em torno do relatório final. Serraglio antecipa que deve citar mais dez parlamentares por envolvimento em corrupção, além dos 19 já apontados, e diz que vai comprovar o mensalão. Alguns parlamentares cogitam nova prorrogação da CPI, o que requer a assinatura de pelo menos 171 deputados e 27 senadores – um terço do total de membros de cada Casa.

PÁGINA 12



Presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (D) conversa com Eduardo Paes, ao lado de Serraglio

# Sessão solene em homenagem à mulher

O Congresso realiza quinta-feira, a partir das 10h, no Plenário do Senado, sessão solene para comemoração do Dia Internacional da Mulher e entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2005/2006. Receberão o prêmio Raimunda Putani, pajé do grupo indígena yawanawado, do Acre; Elizabeth Teixeira, dirigente camponesa e viúva de João Pedro Teixeira, fundador da liga camponesa de Sapé, na Paraíba; Geraldina Pereira, que teve o marido – sindicalista rural João Canuto – e dois filhos assassinados em razão de conflitos agrários no Pará; a economista e pedagoga Jupyra Ghedini, do Distrito Federal, que atua em organizações não-governamentais de caráter educativo;

e a deputada estadual de São Paulo Rosmary Corrêa, que criou e foi titular da primeira delegacia policial de defesa da mulher. A presidente do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz no Senado é Serys Slhessarenko (PT-MT).

O Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, foi instituído em 1975 pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), para reverenciar o trágico episódio ocorrido nos Estados

Unidos, em 1857, quando 129 operárias de uma fábrica têxtil morreram carbonizadas num incêndio, no momento em que faziam greve por melhores condições de trabalho.



Serys Slhessarenko preside o Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz no Senado

## Bertha, a pioneira na luta pelos direitos femininos

A paulista Bertha Maria Júlia Lutz, nascida em 2 de agosto de 1894, era filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da medicina tropical Adolfo Lutz. Maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras, ela se empenhou pela aprovação da legislação que assegurou às mulheres o direito de votar e ser votadas.

Formada em Biologia pela Sor-

bonne, universidade da França, Bertha Lutz, por meio de concurso público, recebeu o cargo de bióloga do Museu Nacional. Criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que foi o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Como primeira suplente, Bertha assumiu a cadeira de deputada federal em 1936, devido à

morte do titular, Cândido Pereira. Sua atuação parlamentar foi marcada por propostas de mudança nas leis referentes ao trabalho da mulher e do menor, visando, além de igualdade salarial, à isenção do serviço militar, licença de três meses para a gestante e redução da jornada de trabalho, então de 13 horas. Bertha Lutz faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1976.

### Comissões

#### SEGUNDA-FEIRA

##### 10h – DESENVOLVIMENTO HUMANO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Audiência** – Vota requerimento para audiência pública com dirigentes sindicais sobre o fator previdenciário. Caso seja aprovado, a audiência deve ser realizada na quarta-feira, às 10h.

##### 10h30 - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Rádio e TV digital** – Ouve representante da Anatel sobre o rádio digital no Brasil e o conselheiro Fernando Bittencourt sobre a TV digital. Serão criados ainda novos grupos temáticos para tratar do marco regulatório e da liberdade de expressão.

#### TERÇA-FEIRA

##### 9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Consórcios** – Discussão de emenda ao projeto que trata de consórcios (PLS 533/03). **Autor:** senador Aelton Freitas (PL-MG). **Relator:** senador Gerson Camata (PMDB-ES).

**Super-Receita** – A segunda parte da reunião vai discutir a proposta da Super-Receita, órgão que vai juntar os auditores fiscais e os auditores previdenciários. Entre

os convidados, estão os secretários da Receita Federal, Jorge Rachid, e da Receita Previdenciária, Liêda Amaral de Souza, e representantes de servidores das duas carreiras.

##### 9h30 – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

**Auditorias** – Examina dois avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias.

##### 9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

**Benefícios** – Projeto em discussão fixa critérios diferenciados aos portadores de deficiência para a concessão de aposentadoria (PLS 358/05). **Autor:** senador Flávio Arns (PT-PR). **Relatora:** senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

##### 10h – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

**Fundeb** – Promove a primeira audiência de discussão da proposta que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Foram convidadas a secretária de Educação do Tocantins, Maria Auxiliadora Rezende, e a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Maria do Pilar Almeida e Silva.

#### 11h – CPI DOS BINGOS

**Depoimentos** – Ouve Evaldo Rui Vicente, ex-tesoureiro do PPS, que denunciou esquema de propina em troca de apoio à ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (PT). Também está previsto o depoimento de Francisco das Chagas Costa, motorista de Vladimir Poletto, Ralf Barquete, Rogério Buratti e Roberto Carlos Kurzweil.

#### QUARTA-FEIRA

##### 11h30 – CPI DOS BINGOS

**Ribeirão Preto** – Depoimentos de três funcionários da prefeitura de Ribeirão Preto (SP) na gestão do atual ministro da Fazenda, Antonio Palocci: Mauro Pereira Júnior, Marilene do Nascimento Falsarella e Paulo Antonio Negri.

#### QUINTA-FEIRA

##### 11h – CPI DOS BINGOS

**Santo André** – Ouve Nelma Kodama, conhecida como Nelma Cunha, doleira de Santo André que teria feito operações irregulares para o PT. Também vai ouvir o delegado Benedito Antonio Valencise, que investigou os contratos da Leão Leão em Ribeirão Preto.



## Renan e Aldo definem com líderes a pauta do semestre

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se nesta terça-feira com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, e líderes partidários nas duas Casas com o objetivo de definir a pauta do Congresso Nacional para o primeiro semestre.

Renan discutirá também com Aldo e os líderes a data de promulgação da proposta de emenda à Constituição (PEC 4/02) que acaba com a verticalização das coligações partidárias, desobrigando os partidos de repetir, no estados, as alianças

feitas em nível federal.

A promulgação da emenda, anteriormente prevista para 14 de fevereiro, foi adiada pelo presidente do Senado, que preferiu esperar o posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o assunto.

Pela decisão do TSE, tomada sexta-feira, o fim da verticalização não valeria para as eleições de outubro próximo, porque as alterações na legislação eleitoral têm de ser feitas com um ano de antecedência do pleito. (Veja mais na página 14 e 15.)

## Senado precisa votar seis MPs para liberar a ordem do dia

A pauta do Senado está trancada por seis medidas provisórias (MPs) que ganharam preferência de votação por terem sido editadas há mais de 45 dias. A primeira, transformada em projeto de lei de conversão (PLV 2/06), cria cargos efetivos nas agências reguladoras.

Se essa matéria for apreciada, os senadores devem votar a MP 270/05, que abre crédito extraordinário de R\$ 825,9 milhões em favor da Câmara, do Senado, da Presidência da República e dos ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. Outro crédito (PLV 4/06, resultante da MP 273/05), no

valor de R\$ 516,1 milhões, destina-se ao Ministério dos Transportes e a benefícios a idosos e portadores de deficiência.

As demais medidas provisórias são a MP 271/05, que autoriza repasse de R\$ 900 milhões a estados e municípios, para incentivar exportações e compensar perdas com isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); o PLV 3/06, oriundo da MP 272/05, que reajusta a remuneração de carreiras do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e o PLV 5/06, oriundo da MP 274/05, que atualiza o Plano Nacional de Viação.

### Plenário

#### SEGUNDA-FEIRA

##### 14h - Sessão não-deliberativa

#### TERÇA-FEIRA

##### 14h - Sessão deliberativa. Pauta trancada

**Anac** - Projeto de lei de conversão (PLV 2/06) da Medida Provisória 269/05, que complementa a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A MP cria cargos na Anac e em outras agências, estabelece taxa a ser cobrada pela Anac por serviços prestados e determina que os militares lotados no antigo Departamento de Aviação Civil (DAC) passam a trabalhar para a agência, Proposição tranca a pauta.

**Crédito extraordinário** - Também tranca a pauta de votações a MP 270/05, que libera R\$ 825 milhões para a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, a Presidência da República e os ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. Outra proposta, oriunda da MP 273/05, libera verbas para o Ministério dos Transportes.

**Dinheiro para exportação** - Outra proposta que obstrui a pauta é a MP 271/05, que

repassa dinheiro para os estados, a fim de compensar a perda de arrecadação de ICMS por conta da desoneração das exportações.

**INSS** - Projeto de lei de conversão da MP 272/05, que também está trancando a pauta de votações do Plenário, trata da reestruturação de cargos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e cria gratificações, entre outras providências.

#### QUARTA e QUINTA-FEIRA

##### 14h - Sessão deliberativa

**Agenda em aberto** - A pauta das sessões depende do resultado da reunião de terça-feira. Como as medidas provisórias bloqueiam a pauta, todas as outras propostas da ordem do dia só podem ser analisadas depois do exame das MPs. Caso a pauta seja liberada, os senadores podem votar o projeto que criminaliza a emigração ilegal. Se aprovada, a proposta, elaborada pela CPI da Emigração Ilegal, será votada ainda pela Câmara.

#### SEXTA-FEIRA

##### 9h - Sessão não-deliberativa

**ORÇAMENTO** Votação da lei orçamentária agora depende de definição sobre ressarcimento para estados que exportam

# Lei Kandir: repasses causam atraso



A definição, por lei complementar, da regulamentação do fundo de ressarcimento aos estados exportadores deverá ser um novo fator de atraso para concluir a votação do Orçamento deste ano. A missão cabe aos secretários estaduais de Fazenda que negociam com a área econômica do governo.

Na reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) programada para o dia 13, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal, deve anunciar se o governo federal aceita o que foi proposto no anteprojeto de lei complementar apresentado pelos secretários. Com isso, reduzem-se as chances de as lideranças partidárias fecharem um acordo para votar esta semana o relatório geral do Orçamento.

– O momento para negociar é agora, durante a discussão orçamentária de 2006 – defende o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que presidiu o Confaz durante parte dos sete anos e meio em que foi secretário de Fazenda da Bahia. Tourinho deve se reunir

com os representantes do Confaz e definir em comum acordo o texto do projeto de regulamentação do artigo 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que irá solucionar em definitivo os repasses da chamada Lei Kandir.

## Oposição fala em quebra de acordo

Os entendimentos sobre essa regulamentação devem dificultar ainda mais a construção do acordo sobre os recursos que devem ser orçados este ano para compensar os estados que perdem com as isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações de produtos primários e semi-elaborados.

O deputado Carlito Merss (PT-SC) garantiu R\$ 3,4 bilhões em seu parecer final. Ou seja, R\$ 1,8 bilhão a menos do que no ano passado. E ainda condicionou a liberação dos recursos à definição de regras permanentes para esses repasses, exigindo assim a regula-



Rodolpho Tourinho deve se reunir com representantes do Conselho de Política Fazendária para chegar a entendimento sobre repasses

mentação do artigo 91 da ADCT. Isso foi interpretado pelo PSDB e pelo PFL como um rompimento do acordo que viabilizou a aprovação do relatório setorial do deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA), responsável pela área temática da Fazenda, Desenvolvimento e Turismo. O resultado foi a grande insatisfação entre os governadores e os secretários de Fazenda dos estados que têm direito a esse

ressarcimento.

Essa questão deverá ser o tema principal da reunião dos líderes das bancadas com assento na Comissão Mista de Orçamento, prevista para a manhã desta terça-feira. Merss adiantou ao **Jornal do Senado** que há três alternativas na mesa de negociação com os líderes.

A menos provável, segundo ele, é fazer uma nova reestimativa de

receita, o que está vedado em seu parecer preliminar. A outra, que dificilmente será aceita pelos parlamentares, é um corte nas emendas de deputados e senadores para se atingir os R\$ 5,2 bilhões orçados em 2005 para ressarcir os fiscos estaduais. E a terceira, continuou Merss, é repetir a solução do ano passado de se atrelar a complementação do R\$ 1,8 bilhão ao que exceder à arrecadação federal líquida de 2006, estimada em R\$ 455,7 bilhões pelo Comitê de Receitas.

Mas, como observa a coordenadora do Confaz, Lina Maria Vieira, secretária de Tributação do Rio Grande do Norte, a quantia – ainda que insuficiente pelos cálculos do colegiado, que pleiteia o ressarcimento de R\$ 8,27 bilhões no anteprojeto – não significa um compromisso efetivo do governo de liberar os recursos. “Essa garantia só será alcançada de forma permanente com a lei complementar”, diz ela. O que explica o empenho dos secretários, dos governadores, de Tourinho e do próprio Merss em discutir a regulamentação do fundo nessa reta final da tramitação do projeto da lei orçamentária de 2006.

## Proposta do Confaz deve seguir adiante

Mesmo que o Ministério da Fazenda a rejeite na reunião do dia 13, a proposta do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) será levada adiante no Congresso. Amparados por dois pareceres, um da Consultoria Legislativa do Senado e outro dos procuradores dos estados, os secretários estaduais de Fazenda se certificaram de que a regulamentação do artigo 91 da ADCT não seria matéria orçamentária e, portanto, de iniciativa privativa do Executivo.

Por essa razão, a proposta poderá se transformar em um projeto de lei complementar, possivelmente de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que apóia as reivindicações dos secretários. O anteprojeto do Confaz prevê compensações de R\$ 8,27 bilhões este ano para os estados exportadores.

A coordenadora do Confaz, Lina Maria Vieira, explicou que para definir esse valor os fiscos estaduais abriram mão de 50% do ressarcimento a que teriam direito por causa das isenções de ICMS sobre as vendas externas de produtos primários e semi-elaborados, além dos créditos tributários que beneficiam investimentos em bens de capital realizados por empresas exportadoras.

Pelo anteprojeto dos secretários, o montante estipulado legalmente seria atualizado a cada ano, a partir de julho de 2005. De acordo com a coordenadora, os critérios para a partilha dos recursos consideram a participação de cada estado no valor total das exportações desses bens,

combinam coeficientes previstos em três leis complementares, inclusive a Lei Kandir, além de levarem em conta a balança comercial de cada estado.

## Secretários discordam de proposta do governo

Os secretários estaduais, segundo Lina, não concordam com a proposta do Ministério da Fazenda, que pretende organizar um novo fundo de compensação para estimular as exportações com a participação de recursos fiscais dos estados. A principal fonte desse novo fundo, continuou a coordenadora, viria do ICMS incidente sobre as importações. “A alíquota atual de 12% incidiria sobre a base de cálculo das exportações de cada estado, resultando em uma alíquota média de 9,97% sobre a receita tributária obtida das importações”, detalhou.

A União só participaria desse novo fundo, conforme Lina, quando os recursos obtidos com as importações fossem insuficientes para ressarcir os estados. Tal situação poderia ocorrer, acrescentou, quando a balança comercial dos estados registrasse superávits crescentes. O novo fundo substituiria a Lei Kandir, o fundo de fomento às exportações e o auxílio financeiro instituído pela Medida Provisória 271, exigindo proposta de emenda constitucional (PEC). “Esse modelo implica perda de arrecadação para os estados”, criticou.

Pelos cálculos expostos na justificativa do anteprojeto, desde setembro de 1996, com a

Lei Kandir, até junho de 2005, o montante de ressarcimentos acumula nada menos que R\$ 116 bilhões. Parte desse total foi compensada, segundo a coordenadora do Confaz, faltando R\$ 69,5 bilhões, correspondentes a desonerações de ICMS nas exportações de primários, semi-elaborados e créditos em ativo permanente (bens de capital).

Muitos estados, segundo a coordenadora, suspenderam o pagamento aos exportadores porque não estão recebendo os repasses federais. O Rio Grande do Norte, por exemplo, só está restituindo o ICMS por via judicial. Porque sem o ressarcimento da União, justificou, o estado é obrigado a desviar verbas que iriam para escolas e obras de infra-estrutura para pagar os exportadores.

Diante disso, a coordenadora já avisou que, se não fechar acordo com o governo depois do dia 13, o Confaz deverá baixar ato formalizando a suspensão desses pagamentos aos exportadores, repetindo o procedimento adotado no ano passado, quando a União bloqueou o repasse de R\$ 900 milhões.

## Governo questiona transferência a exportador

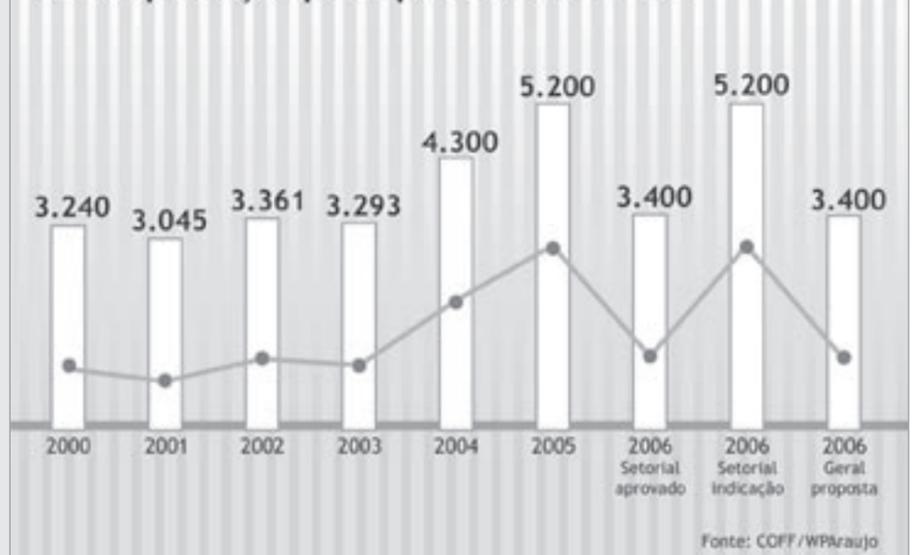
Apesar de não atender o pleito dos governadores, as compensações pelas perdas tributárias dos estados com as exportações de produtos primários, semi-elaborados e créditos pelos investimentos em bens de capital estão subindo a cada ano, pressionando o Orçamento da União (*ver quadro abaixo*).

O governo questiona a própria lógica da Lei Kandir, aprovada na gestão tucana para impulsionar as exportações do país. Na avaliação do relator do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), aliado do governo, trata-se de “uma lei equivocada, que perdeu a razão de existir”. Merss já ouviu de muitos governadores e secretários de Fazenda o desinteresse em ter empresas

exportadoras em seus estados, em função das perdas tributárias que elas representam. “Isso é um contra-senso”, criticou.

O questionamento de que a lei beneficia principalmente São Paulo, não é visto como um obstáculo para um acordo entre os secretários, tanto na avaliação do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) quanto na da coordenação do Conselho de Política Fazendária. Os dois concordam em rever esses critérios. Na reunião desta terça-feira entre os líderes na Comissão de Orçamento, o deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA) deve voltar a apresentar a sua proposta com novos coeficientes para a distribuição dos repasses federais aos estados exportadores.

### Repasses aos governos estaduais a título de compensação pelas perdas tributárias



**PLENÁRIO** Senadores podem aprovar esta semana, em segundo turno, projeto que criminaliza o tráfico de emigrantes

# “Coiotos” podem pegar até 12 anos de prisão



O Senado deve aprovar nesta semana, em turno suplementar de votação, o projeto de iniciativa da CPI da Emigração Ilegal – presidida pelo senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) – que define como crime o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração.

O texto, aprovado em 22 de fevereiro, altera o Código Penal, inserindo o tráfico de pessoas entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro e pode render aos praticantes até 12 anos de prisão. A Câmara dos Deputados ainda precisará analisar a proposta antes de ser transformada em lei. Pelo projeto

(PLS 15/06), a promoção, intermediação, facilitação ou financiamento para garantir a entrada irregular de pessoas em território estrangeiro – com vistas a obter lucro – será punida com pena de reclusão de dois a seis anos, e multa. A pena será aumentada em 50% se o crime tiver sido praticado mediante fraude, por quadrilha ou bando, ou ainda por funcionário público no exercício do emprego ou cargo. Também terá acréscimo – de um a dois terços – se for comprovado risco de vida, e pode ser ampliada para de quatro a 12 anos caso resulte em lesão corporal grave contra alguma das vítimas.

## Os aliciadores cobram 10 mil dólares para o ingresso ilegal nos EUA

.....

Somente no ano passado, segundo as estatísticas coletadas pela CPI, 25 mil brasileiros foram presos tentando atravessar ilegalmente a fronteira do México com os Estados Unidos. Os senadores e deputados acreditam que esse número revela a existência, no Brasil, de uma verdadeira indústria da emigração ilegal, que é dominada pelos criminosos conhecidos como “coiotos” (alusão aos animais que vivem no deserto da fronteira entre aqueles dois países).

A investigação da comissão constatou que os aliciadores de brasileiros para emigração cobram em torno de US\$ 10 mil por “pacote” para o ingresso ilegal nos EUA. – É necessário acabar com as redes que estimulam a emigração – disse o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), que anunciou o apoio do Executivo ao projeto.

Segundo Crivella, os órgãos oficiais não podem reprimir diretamente a atividade ilegal, que se mostra altamente lucrativa, porque o tráfico não constitui crime conforme as leis brasileiras. Atualmente, o favorecimento à entrada irregular de pessoas em território estrangeiro com o fim de obter lucro, praticado pelos “coiotos”, é classificado apenas como crime tributário ou de evasão de divisas.



Cerca de 85 brasileiros são detidos diariamente ao tentar entrar sem documentação nos EUA

## Nos EUA há 750 mil brasileiros ilegais

A cada ano, mais de 1 milhão de pessoas tenta cruzar a fronteira ilegalmente na esperança de conseguir uma vida melhor nos Estados Unidos. Segundo estatísticas da Patrulha de Fronteira de El Paso, no site oficial do governo do Texas, 122 mil imigrantes ilegais foram detidos entre outubro de 2004 e setembro de 2005. No estado, principal ponto de entrada de imigrantes ilegais, foi construído um centro de detenção (segundo convenção da ONU, imigrantes ilegais não podem ser detidos nos mesmos presídios destinados a criminosos) com capacidade para mil pessoas. E ele está permanentemente lotado.

O mesmo levantamento indicou uma média de 85 brasileiros detidos diariamente na tentativa de ingressar nos EUA. Ao todo, no período foram presos 31.070 cidadãos

provenientes do Brasil sem documentação. Em 2004 foram menos de 9 mil.

O ritmo de crescimento da migração nacional é o maior da atualidade, se comparado ao das demais nações “exportadoras” de pessoas à terra do Tio Sam. O Brasil ocupa hoje o quarto lugar no ranking de detenções, atrás de México, Honduras e El Salvador.

### Política de combate à entrada de brasileiros

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, vivem hoje nos Estados Unidos cerca de 1,1 milhão de brasileiros, dos quais 750 mil ilegalmente. Os maiores contingentes de ilegais estão localizados no Texas, e nas cidades de Nova York e Boston, para onde os clandestinos se dirigem em busca de trabalho. O crescimento acelerado do número de mi-

grantes provenientes do Brasil provocou, no ano passado, a revogação de acordo que isentava os brasileiros de apresentarem visto no México, país que faz fronteira com os EUA.

Os EUA consideram cada vez mais o combate à imigração ilegal uma questão de segurança nacional. Em novembro passado, o presidente americano George W. Bush citou o combate à entrada de brasileiros como um exemplo de sucesso da política americana no setor. Graças às medidas, segundo Bush, a entrada ilegal de brasileiros caiu 90% no Texas e de 50% a 60% em toda a fronteira.

– As leis lá são tão rígidas que uma moça presa, depois de 70 dias sem saber qual seria o seu destino, entrou em desespero e por isso foi isolada e tratada como louca – relatou Crivella à época de suas visitas aos EUA.

## Ação da CPI construiu retrato preciso das redes de tráfico de pessoas

A CPI Mista da Emigração Ilegal, instalada em junho do ano passado, já realizou investigações no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa. Foi possível construir um retrato bastante preciso das

redes de tráfico internacional de brasileiros.

O senador Marcelo Crivella, presidente da CPI, explicou que os emigrantes vão principalmente para os Estados Unidos, mas

a Europa Ocidental também atrai muitos brasileiros. Ele explica que a maioria dos brasileiros vê nos EUA a solução para suas dificuldades financeiras e falta de melhores perspectivas em nosso país. Assim, viajam para o México, onde são assediados para aderir às caravanas dos “coiotos”.

Grande parte dos que tentam essa arriscada aventura é detida por agentes americanos após cruzar a fronteira, às vezes escondidos até mesmo dentro de câmaras de pneus de caminhão. Centenas deles, que acabaram em presídios nos estados do Texas, Arizona e Novo México, foram repatriados no ano passado por iniciativa de uma comissão de congressistas brasileiros, liderados pelo senador licenciado Hélio Costa e por Marcelo Crivella. O drama foi tema da novela da TV Globo *América*.

– A travessia representa, evidentemente, enorme perigo à vida dos emigrantes, quando

não são presos pelas autoridades norte-americanas. Os milhares brasileiros presos ano passado tentando atravessar a fronteira revelam a força da indústria criminosa da emigração – avalia Crivella, na justificativa do projeto que pretende criminalizar o tráfico de pessoas.

### Sedução inclui até facilidade de pagamento

A oferta de ajuda ocorre em vários pontos do país, mas Minas Gerais e Goiás são hoje os estados com maior atividade.

A proposta cobre todos os custos da viagem, estadia e deslocamento em território mexicano. O “pacote”, que pode custar até cerca de R\$ 22 mil, no câmbio atual, garante, em tese, a entrada do comprador nos EUA. Os aliciadores seduzem muitas das vítimas com a promessa de que o pagamento só será feito quando já se estiver em solo norte-americano. Em caso de insucesso, prometem os “coiotos” nacionais,

o emigrante não perderia um centavo. Várias pessoas, porém, perdem a própria vida.

O artifício do contrato do tipo “contra entrega” seduz milhares de pessoas que não dispõem de recursos para pagar pelo pacote. Entra em cena então a figura do “cônsul”, responsável por financiar as despesas. Muitos oferecem ao agenciador garantias que vão desde propriedades rurais até automóveis.

Se o emigrante for um dos mais afortunados, escapando dos perigos do deserto ou da travessia do rio Grande (fronteira dos EUA com o México), da fome, da sede, do frio e das patrulhas fronteiriças americanas (muitas das quais atiram primeiro e perguntam depois), ainda deverá trabalhar por um bom período para pagar a dívida contraída junto ao “coiote” e ao “cônsul”. Há relatos à CPI da Emigração Ilegal de vítimas que trabalharam mais de um ano só para cumprir o acordo, mediante depósitos mensais.



Crivella: brasileiros vêem nos EUA a solução para as dificuldades financeiras e para a falta de melhores perspectivas no país

PLENÁRIO CPI realizou investigações no Brasil, EUA e Europa e mapeou o tráfico internacional de brasileiros

# A via-crúcis do sonho americano



O pagamento de até US\$ 10 mil pelo "pacote" de entrada nos Estados Unidos - ou, no caso dos que não possuem o dinheiro, a oferta de garantias no Brasil como propriedades rurais - quantifica parte do sacrifício de brasileiros que não temem pôr a vida em risco para cruzarem a perigosa fronteira do México com os Estados Unidos.

Somente no ano passado, 25 mil pessoas foram presas nessa tentativa, que deixa mortos a cada novo grupo comandado pelos "coiotes". Minas Gerais e Goiás são os grandes pólos de "exportação" para a terra do Tio Sam. A maior concentração de brasileiros está em Nova York, onde residem 350 mil pessoas, das quais 245 mil são ilegais.

**Como agem as quadrilhas de emigração ilegal, desde o interior do Brasil até as fronteiras dominadas pelos "coiotes"**

**BRASILEIROS NOS EUA**

Onde se localizam as principais colônias, de acordo com a jurisdição de cada consulado brasileiro naquele país

<p><b>São Francisco</b> 30 mil 5 mil legais 25 mil ilegais</p>	<p><b>Nova York</b> 350 mil 105 mil legais 245 mil ilegais</p>	<p><b>Boston</b> 225 mil 45 mil legais 180 mil ilegais</p>	
	<p><b>Chicago</b> 12 mil 9 mil legais 3 mil ilegais</p>	<p><b>Washington (*)</b> 44 mil a maioria em situação regular</p>	
<p><b>Los Angeles</b> 40 mil 20 mil legais 20 mil ilegais</p>	<p><b>Houston</b> 300 mil 100 mil legais 200 mil ilegais</p>	<p><b>Miami</b> 150 mil 75 mil legais 75 mil ilegais</p>	

(\*) Embaixada Brasileira  
Fonte: Ministério das Relações Exteriores. Dados de 2005.

- 7

Os brasileiros que pagam e saem livres dos "coiotes" seguem para as cidades com maiores colônias de patricios, em geral Miami, Boston, Houston ou Nova York.
- 6

Ali o emigrante deve pagar o restante do acertado com os "coiotes". Os que não cumprem o acordo são entregues à "Migra", como os mexicanos chamam a Polícia de Imigração dos EUA, acabam presos e, depois, deportados.
- 5

A espera na fronteira pode levar dias. Ao longo da cerca que separa os EUA do México, há vários cemitérios de indigentes, onde estão enterrados os que morreram tentando entrar. Os poucos que conseguem são recepcionados já em solo americano por agentes locais dos "coiotes". Ficam em casas mantidas pelas quadrilhas e costumam passar fome e sede.
- 4

É ali que se define o meio de passagem ilegal do clandestino. Pode tentar passar pelos postos de fronteira no fundo falso de um caminhão ou oculto dentro do pneu estepe. Há a travessia do Rio Grande ou a grande caminhada pelo deserto, em busca de cidades americanas como Tucson ou Phoenix, no Arizona; El Paso e Lás Cruces, no Novo México; Laredo e Eagle-Pass, no Texas. O trajeto pode levar dias.
- 3

De lá, em vans ou ônibus, ele segue até a fronteira norte do México. Horas antes, ele se comunica por telefone com o "coiote" para acertar o local do encontro. Nogales, Matamoros, Ciudad Juarez e Mexicali são as localidades mais comuns.
- 2

O turista declara à imigração mexicana que está em viagem de turismo. Por isso, os "coiotes" orientam o viajante a passar pelo menos uma noite no hotel, para não levantar suspeitas.
- 1

Em Minas Gerais, Goiás ou outro estado qualquer, começa o sonho de atravessar o Rio Grande e entrar nos EUA. A jornada pode custar até US\$ 10 mil. A porta de saída é o Aeroporto de Guarulhos (SP), onde companhias como Aeroméxico, Mexicana e Varig mantêm vôos regulares para o México, usualmente com destino a praias como Cancún e Acapulco.

Infográfico: Cirilo Quartim

## PLENÁRIO

# Protocolo contra o tráfico de armas

O Senado aprovou o projeto que acata o Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Suas Peças e Componentes e Munições, em complementação à Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) contra o crime organizado transnacional, de 1998. O texto vai a promulgação.

O protocolo funciona como um instrumento internacional de prevenção e combate à fabricação e ao tráfico ilícitos de armas de fogo, considerados ameaças à segurança das nações e ao bem-estar e desenvolvimento dos povos.

Entre os compromissos dos países signatários estão os relacionados a registros, exigência de marcação das armas, segurança nos depósitos e controles de importação e exportação.

De certa forma, o protocolo já teria sido incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro com a aprovação do Estatuto do Desarmamento, em 2003. Além disso, está de acordo com as demandas de política de segurança pública do país.

O projeto (PDS 26/06) recebeu parecer favorável do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(CRE) do Senado, tendo sido aprovado antes na Câmara dos Deputados.

A convenção da ONU contra o crime organizado, conhecida como Convenção de Palermo, foi bem recebida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que a aprovou em sua 30ª Assembleia Geral, em Lima, no Peru, no ano 2000. A convenção vem acompanhada de outros dois protocolos já promulgados: "Combate ao Tráfico de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea" e "Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças".



JOSE CRUZ

Relator na CRE, Azeredo foi favorável ao protocolo que complementa convenção da ONU contra o crime organizado

## Controle sobre a exploração do espaço

O texto da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico também recebeu aprovação do Plenário do Senado na semana passada. O documento foi adotado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 12 de novembro de 1974 e está em vigor desde 15 de setembro de 1976.

O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) foi favorável à aprovação do projeto de decreto legislativo (PDS 1/06),

que agora vai à promulgação. A proposta teve como relator na comissão o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

A convenção criou um registro central obrigatório, no âmbito da Secretaria Geral da ONU, para relacionar todos os objetos lançados ao espaço cósmico pelos países signatários. O mundo conta hoje com cinco tratados multilaterais, negociados por intermédio das Nações Unidas, que regulamentam a exploração do espaço cósmico.

O Brasil já é signatário de quatro destes instrumentos: o Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico (1967); o Acordo sobre Salvamento de Astronautas e Restituição de Astronautas e de Objetos Lançados ao Espaço (1968); a Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais (1972); além da convenção especificada no decreto aprovado pelo Senado.

## Cooperação entre Brasil e Índia para uso de etanol

Acordo de cooperação tecnológica entre os governos do Brasil e da Índia na área de combustíveis para transportes – mais especificamente, no que se refere à utilização de etanol – recebeu aprovação dos senadores em Plenário. O acordo, que havia sido celebrado em abril de 2002, foi enviado ao Congresso Nacional pela Presidência da República na forma de memorando de entendimento. No Senado, esse texto tramitou como Projeto

de Decreto Legislativo (PDS 563/05). A matéria agora retornará à Presidência para ser promulgada.

De acordo com exposição de motivos apresentada pelo Ministério das Relações Exteriores em 2002, "o memorando conferirá suporte para o desenvolvimento de programas de cooperação no campo do álcool combustível para transporte entre o Brasil e a Índia, identificando as áreas propícias ao intercâmbio".

## Senado aprova tratado de transferência de presos

Assinado entre os governos do Brasil e do Peru, em Lima, em agosto de 2003, o Tratado sobre Transferência de Presos Condenados acaba de ser aprovado pelo Senado. A matéria segue agora para promulgação.

Em sua exposição de motivos, o governo ressalta que o tratado tem um sentido de reabilitação do condenado, ao possibilitar que cumpra a pena em seu próprio país. De acordo com a convenção, o pedido da transferência pode ser formulado tanto pelo Estado remetente quanto pelo receptor.

O relator do projeto de decreto legislativo (PDS 13/06) na Co-



JOSE CRUZ

Sérgio Zambiasi destaca acordo por caráter humanitário

missão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), destacou a importância do tratado pelo seu conteúdo humanitário.

## União transfere terras a dois municípios do Pará

O Plenário do Senado acolheu projeto da Câmara que trata da alienação de terras da União em favor dos municípios de Belterra e Aveiro, no estado do Pará. A matéria vai agora à sanção presidencial.

O projeto (PLC 15/04) determina que serão transferidas, a título gratuito, aos municípios paraenses citados, terras e benfeitorias que estavam sob responsabilidade da União depois da falência do projeto Fordlândia, implantado em 1928 em áreas concedidas pelo governo do

estado. O empreendimento faliu em razão da crise da borracha, e a União passou a controlar a área e o acervo em questão.

Conforme a justificativa da matéria, por falta de título de propriedade das terras, tanto na zona urbana como na área rural, os administradores dos dois municípios estavam encontrando sérias dificuldades para promover serviços sociais e de infra-estrutura locais, além de não poderem cobrar impostos, que seriam revertidos em favor do bem-estar da população.

## José Richa dá nome a trecho da BR-476, no Paraná

Projeto da Câmara que dá o nome de "Rodovia Governador José Richa" ao trecho da BR-476 entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Paraná, recebeu a aprovação do Plenário. Ex-senador e ex-governador do Paraná, José Richa morreu em 2003, aos 69 anos, vítima de fibrose pulmonar. O projeto vai à sanção do presidente da República. O relator da proposição, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse que Richa foi "um homem de bem" e que o Senado fazia "uma justa e correta homenagem" com a aprovação da matéria. O senador Flávio Arns (PT-PR) lembrou que José Richa "foi uma grande liderança no estado do Paraná e também no Senado Federal deu uma contribuição extraordinária". Já o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) recordou que o ex-governador foi um dos fundadores do PSDB. José Richa recebeu ainda menções elogiosas em Plenário dos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Marco Maciel (PFL-PE) e Romero Jucá (PMDB-RR).

## Aplauso ao ex-comandante da missão brasileira no Haiti

O ex-comandante da Minustah, missão da Organização das Nações Unidas (ONU) para a estabilização do Haiti, general-de-divisão Augusto Heleno Ribeiro, receberá voto de aplauso do Senado por sua atuação no período da instalação e início da operação de paz naquele país. Requerimento nesse sentido, do senador Aelton Freitas (PL-MG), foi aprovado pelo Plenário.

Para Aelton, o general Augusto Heleno Ribeiro agiu com bom senso e se pautou pelo diálogo e pela não-beligerância, mostrando ao mundo ser possível uma missão daquela natureza, mesmo contando com poucos recursos materiais e humanos e tendo sofrido ainda "críticas infundadas".

O senador por Minas Ge-

rais afirmou que a competência, a sensibilidade e o zelo profissional do general fizeram com que ele cumprisse todos os passos da fase mais difícil da missão, nos momentos iniciais da operação, quando o militar fez o possível para evitar um confronto sangrento entre civis haitianos.



ROOSEWELT PINHEIRO

Aelton Freitas destaca atuação do general Augusto Heleno Ribeiro

## Licenciamento ambiental terá maior publicidade

Os estabelecimentos e empreendimentos que precisam de licenciamento ambiental serão obrigados a dar publicidade a esse fato por meio de placas afixadas em local e dimensões visíveis ao público. É o que determina projeto da Câmara aprovado

pelo Senado antes do Carnaval.

Nos casos de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), situação em que já se exige informação por meio de placas, o projeto obriga que delas conste a data de aprovação do relatório.

## PLENÁRIO

## Brasil e Líbano se unem para prevenir doenças

O estabelecimento de cooperação técnica entre o Brasil e o Líbano sobre procedimentos sanitários e fitossanitários para evitar o contágio de doenças mediante o transporte de alimentos ou animais entre os dois países é o que prevê acordo aprovado pelos senadores, mediante projeto de decreto legislativo (PDS 41/06).

Referindo-se a dois descendentes de libaneses que estavam em Plenário – senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Ramez Tebet (PMDB-MS) –, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou o acordo, celebrado em 2003. Ele disse que, enquanto o Líbano tem 4 milhões de habitantes, o Brasil tem 14 milhões de descendentes de libaneses, e que é costume, nas visitas àquele país, os brasileiros levarem doces, mudas de plantas ou animais, como gatos e cachorros, para parentes, recebendo em troca delicadezas semelhantes.

Camata afirmou que o acordo teve origem na intervenção de órgãos fitossanitários da Organização das Nações Unidas (ONU) e de países do Oriente Médio, que viram nessa troca de presentes e na diversidade



Descendente de libaneses, Tebet participou da votação do acordo Brasil-Líbano

## Simplificação de regras de turismo com a Croácia

Acordo de cooperação na área de turismo entre o Brasil e a Croácia, firmado em Brasília, em junho de 2001, foi também aprovado pelo Senado Federal. Um dos objetivos é simplificar ao máximo as formalidades de viagem observadas pelas respectivas autoridades para entrada, estada e saída de estrangeiros.

O tratado visa ainda aprofundar o intercâmbio de informações relativas a suas legislações perti-

do clima entre os dois países um risco potencial para a transmissão de doenças.

O Plenário também acolheu o PDS 43/06, que ratifica acordo celebrado no ano de 2004, entre o Brasil e os Estados Unidos, para a promoção da segurança da aviação. O objetivo é facilitar a aceitação mútua das aprovações de aeronavegabilidade e dos testes, das aprovações ambientais de produtos aeronáuticos civis, além das avaliações de qualificação de simuladores de voo. Os projetos relativos a acordos vão à promulgação.

Foi ainda aprovado, e vai à sanção, projeto da Câmara (PLC 79/05) que institui 5 de maio como o Dia Nacional do Líder Comunitário. Já o PLS 80/05, também aprovado, institui o Dia Nacional da Matemática, a ser comemorado em 6 de maio. Por ter recebido emenda, a matéria volta à Câmara.

# Acordo internacional estimula bibliotecas

O Senado aprovou projeto de decreto legislativo ratificando o texto da Ata Constitutiva da Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola. A associação tem como objetivos a obtenção de recursos financeiros específicos para promover ações conjuntas e coordenadas para a proteção e a disponibilização do patrimônio cultural e histórico comum preservado nas bibliotecas dos países ibero-americanos. A matéria (PDS 1.095/01) vai à promulgação.

No parecer que apresentou sobre a matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Marco Maciel (PFL-PE) destaca a pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", segundo a qual 61% dos brasileiros adultos alfabetizados têm muito pouco ou nenhum contato com livros. Cerca de 6,5 milhões de pessoas das camadas



Conforme pesquisa citada por Marco Maciel, grande parte da população do país tem pouco ou nenhum contato com livros

mais pobres da população dizem não possuir condições de adquirir um livro. A mesma pesquisa informa que 73% dos livros no Brasil estão concentrados em apenas 16% da população.

De acordo com o parecer, "a articulação das bibliotecas

nacionais ibero-americanas em uma entidade com capacidade política e jurídica mais definida, contribuirá para a preservação da cultura desses povos, assim como para a abertura do acesso ao saber – base fundamental da democracia".

## Novo protocolo viabiliza o Prêmio Camões

Protocolo com modificações no acordo assinado entre o Brasil e Portugal que institui o Prêmio Luís de Camões foi acolhido pelo Plenário. Celebrado entre os dois países em 22 de junho de 1988, o acordo ainda não foi promulgado por falta de notificação

das autoridades portuguesas, conforme esclarece o relator da matéria, senador Marco Maciel (PFL-PE).

Por essa razão, explica Maciel,

os dois governos promoveram outro protocolo para substituir o instrumento que não chegou

**Prêmio será atribuído anualmente a autor de língua portuguesa**

a vigorar e que repete os dispositivos anteriores, criando o Prêmio Luís de Camões e estabelecendo suas regras. O acordo determina que o prêmio será atribuído, anualmente, a um "autor de língua portuguesa que tenha contribuído para o enriquecimento do patrimônio literário e cultural da língua comum".

O protocolo modificativo, aprovado por meio de projeto de decreto legislativo (PDS 536/05), é um importante ato internacional para a consolidação das políticas culturais bilaterais de fortalecimento e valorização da língua portuguesa, explica Maciel.

– A língua é um dos mais ricos patrimônios culturais que herdamos e cultivamos e essa iniciativa de premiar autores lusófonos certamente criará condições para o enriquecimento do patrimônio lingüístico e literário da comunidade da língua portuguesa – avalia o senador.

## Entendimento veterinário com o governo polonês

Outro acordo acolhido pelo Plenário é o que trata de cooperação veterinária entre o Brasil e a Polônia. O dois países se comprometem a acertar atividades comuns para inspecionar as condições de importação, exportação e transporte de animais, derivados e outras mercadorias que possam transmitir doenças de origem animal.

A matéria determina também que o Ministério da Agricultura brasileiro e o órgão responsável pelo setor veterinário na Polônia troquem informações sobre a ocorrência de epidemias, como a febre aftosa, nos rebanhos de cada país.

## Assistência ao Equador em ações de defesa civil

Projeto de decreto legislativo (PDS 9/06) que ratifica memorando de entendimento entre o Brasil e o Equador para desenvolver e aprofundar a cooperação técnica na área de defesa civil também recebeu aprovação do Plenário.

Segundo o parecer da Comissão de Relações Exteriores (CRE), os dois países se comprometem a viabilizar treinamento e intercâmbio de técnicos e especialistas, além de propiciar assistência técnica. Enquanto o Equador tem um histórico de desastres naturais de grande intensidade, como terremotos e erupções vulcânicas, o Brasil acumula experiência na área de defesa civil, conforme assinala o parecer.

## Intercâmbio educacional e cultural com a Estônia

Outro projeto de decreto legislativo (PDS 23/06) aprovado pelo Plenário ratifica o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Brasil e a Estônia. O instrumento tem por objetivo o desenvolvimento

das relações entre os dois países nas áreas cultural, educacional e esportiva com a finalidade de contribuir para melhor conhecimento das atividades nesses campos. O acordo prevê, entre outras modalidades de cooperação, o intercâmbio de professores, pesquisadores e missões educacionais, e a definição e implementação conjuntas de projetos e pesquisas em áreas previamente definidas. As partes se comprometem a fazer o intercâmbio de técnicos, especialistas e administradores das áreas de educação e cultura, bem como de estudantes universitários, de educação secundária e de cursos profissionalizantes em diversas áreas. O projeto foi relatado pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).



Rodolpho Tourinho

## Mercado do níquel ganha um fórum de consulta

Os senadores acolheram segunda-feira passada o Projeto de Decreto Legislativo 565/05 que aprova o termo de referência e regras de procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Níquel (Gien). A finalidade é assegurar cooperação internacional em questões relacionadas com o níquel, levando em conta informações sobre a economia internacional do níquel e visando à criação de um fórum internacional de consultas intergovernamentais sobre o metal.

## Cooperação no setor pesqueiro com o Peru

Entendimento entre o Brasil e o Peru sobre a promoção do setor pesqueiro é o objetivo de memorando que obteve a aprovação dos senadores. O acordo foi celebrado em 2003, em Lima, e determina o intercâmbio envolvendo servidores governamentais, cientistas, assistentes de pesquisa, especialistas e o desenvolvimento de programas de treinamento. Conforme ficou estabelecido, Brasil e Peru poderão utilizar suporte comum para as provisões de facilidades pesqueiras, incluindo embarcações, para atividades nas áreas marítimas jurisdicionais comuns.

**PLENÁRIO** Informações sobre as empresas formarão um cadastro nacional, que agilizará ação da vigilância sanitária

# Maior rigor na produção e venda de remédios



O Plenário do Senado aprovou projeto da Câmara que exige licenciamento para empresas que produzam ou vendam insumos, equipamentos, material ou maquinaria destinados à fabricação, armazenamento, embalagem e controle de qualidade para remédios de uso humano e veterinário, material odontológico ou para fins de diagnóstico. A matéria, da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), já foi remetida para sanção presidencial.

De acordo com o projeto (PLC 18/03), o licenciamento será anual e realizado perante as secretarias estaduais de Saúde. Essas informações irão alimentar um cadastro nacional de licenças, sob a responsabilidade do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), que deverá conter a identificação do estabelecimento, sua área de atuação e o período de vigência do licenciamento. O SNVS é composto por órgãos públicos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e as secretarias estaduais e municipais de Saúde.

Farmácias e drogarias – assim como outros

pontos de venda direta de remédios ao consumidor – ficarão obrigadas a informar os nomes e as respectivas jornadas de trabalho do farmacêutico responsável e de seu substituto, no ato de cadastramento. Esses estabelecimentos que atuam no varejo ficam obrigados a adquirir produtos farmacêuticos exclusivamente de entidades licenciadas pela secretaria estadual de Saúde.

Ainda conforme o projeto, a aquisição de medicamentos por órgãos públicos ficará condicionada a uma avaliação prévia de sua qualidade e segurança por laboratórios indicados pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. As empresas reprovadas nesses testes terão o processo de aquisição cancelado. Já as desclassificadas por reprovação dos produtos entregues, sejam elas fabricantes, representantes ou distribuidoras, não poderão participar de quaisquer outras modalidades de compra de órgãos públicos por, no mínimo, um ano.



Projeto aprovado em Plenário exige licenciamento para produzir e vender insumos e equipamentos usados na fabricação, embalagem e armazenamento dos produtos

## Falsificação é problema em todo o mundo

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em conjunto com outros órgãos públicos de saúde, apreendeu no dia 18 de janeiro, em Porto Alegre, 37 caixas do medicamento Cialis falsificado. O remédio, fabricado originalmente pelo laboratório Eli Lilly, é usado para tratamento da disfunção erétil. Dias depois, foi determinada a apreensão e inutilização, em todo o país, do produto falsificado. A fraude foi descoberta após denúncia de um usuário que notou diferenças na embalagem do produto.

Casos como esse, de falsificação de medicamentos, afligem países no mundo inteiro e são tratados como prioridade pela Organização Mundial de Saúde (OMS). De acordo com a OMS, uma droga pode ser considerada fraudulenta quando tem problema de rotulagem com intenção de enganar o consumidor; carência de ingredientes ativos; e substâncias incorretas ou em quantidade insuficiente em sua formulação. Os mais prejudicados são os cidadãos de baixa renda, que compram tais produtos por serem geralmente mais baratos que os originais.

Estima-se que 10% dos medicamentos em circulação no

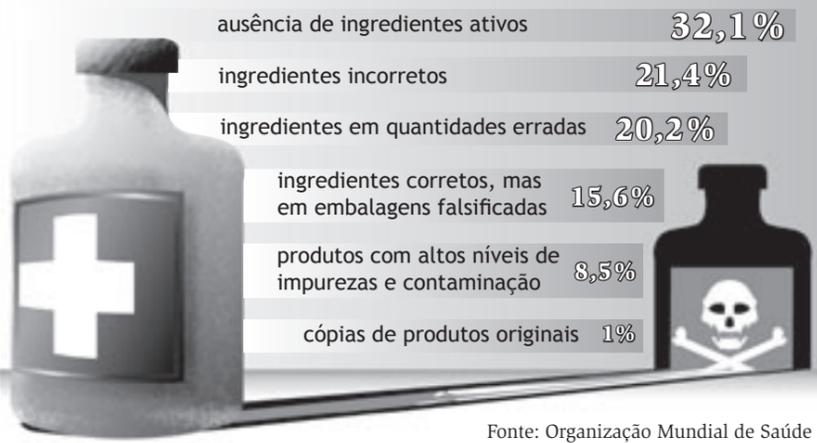
mundo sejam falsificados. Esse percentual salta para 25% nos países em desenvolvimento. A OMS diz que, só em 2001, cerca de cem mil pessoas morreram em todo o mundo em consequência do uso de medicamentos falsos. Mas ressalta que essas são apenas estimativas. É muito difícil monitorar os casos de fraude, pois a vigilância não é uniforme, os órgãos locais não reportam devidamente a ocorrência, além da falta de definição comum sobre o

que é fraude quando se trata da produção de medicamentos.

No Brasil, a boa notícia é que, segundo a Anvisa, houve uma redução no número de falsificações nos últimos anos. Entre 1999 e 2005 foram registrados dez casos, enquanto entre 1997 e 1998 ocorreram 172 registros. Conforme o Código Penal brasileiro, a falsificação de medicamentos é considerada crime hediondo, inafiançável, com previsão de pena de dez a 15 anos de prisão.

### Parece, mas não é

Quase 60% dos remédios falsificados no mundo são antibióticos, hormônios, analgésicos, esteróides e anti-histamínicos (usados em casos de alergia). Veja os tipos mais comuns de falsificação:



Fonte: Organização Mundial de Saúde

## Medicamentos são alvo preferencial de ladrões

O comboio de veículos sugere o transporte de dinheiro, mas trata-se de uma carga de remédios. A cena se repete no portão da fábrica de um dos maiores laboratórios farmacêuticos do mundo, na periferia de São Paulo: ao sair, o caminhão carregado de anti-inflamatórios é escoltado por dois carros blindados, recheados de seguranças.

A carga foi cuidadosamente arranjada – com o uso de um *software* especial – para caber o maior volume possível sem exceder o limite estipulado pela seguradora. Se exceder esse limite, o laboratório não recebe o dinheiro do seguro em caso de roubo. Logo que se afasta da fábrica, o caminhão atravessa uma favela. Os seguranças mantêm os olhos nos barracos e o dedo no gatilho.

Tanta segurança é mais que justificável. Os remédios estão entre as cargas prediletas dos ladrões – juntamente com alimentos, cigarros, eletroeletrônicos e produtos metalúrgicos. Essas mercadorias, que têm alto valor unitário e são fáceis de distribuir, respondem pela maior parte dos prejuízos das transportadoras com o roubo de

cargas. Trata-se de um rombo que somou R\$ 700 milhões em 2001, segundo dados da CPI do Roubo de Cargas. Só em São Paulo, de janeiro a dezembro de 2005, foram registradas 2.592 ocorrências de roubos e furtos de cargas, de acordo com levantamento da Federação das Empresas de Transporte de Cargas e do Sindicato de Empresas de Transporte de Cargas do estado.

O problema do roubo de remédios é especialmente grave em

São Paulo, pois o estado concentra os maiores laboratórios farmacêuticos e movimenta a maior parte da carga no país. Mas o flagelo tem alcance nacional. Aliás, um dos episódios recentes que mais chamaram a atenção ocorreu em Minas Gerais. A polícia mineira apreendeu em 2003 um caminhão com 2 mil caixas de remédio roubadas, avaliadas em mais de R\$ 3 milhões. O caminhão fora parado em uma *blitz* na altura da cidade de Varginha, no sul do estado. O motorista do veículo foi preso e autuado por receptação.

Para mitigar o problema, no dia 9 de fevereiro, José Alencar, à época presidente da República em exercício, sancionou a Lei Complementar 121, criando o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. A lei é originária de projeto de autoria do deputado Mário Negromonte (PP-BA).

## Procura por produtos proibidos alimenta ação de contrabandistas

Policiais rodoviários federais prenderam no dia 24 de janeiro, às 2h40 da madrugada, Ilson Moreira Arraes e Maria Antônia Neris dentro de um ônibus que fazia o trajeto entre Cascavel (PR) e Cuiabá (MT). Eles transportavam 700 comprimidos de Cytotec (usado no tratamento de úlceras gástricas e com venda proibida no Brasil por causar aborto) e 800 comprimidos de

Pramil (medicamento contra a impotência sexual também proibido no país). As drogas foram compradas no Paraguai. Arraes confessou que pagou R\$ 120 por cada cartela com dez comprimidos de Cytotec, e que pretendia vender cada comprimido por até R\$ 50.

Essa é uma das pontas do contrabando de remédios: a da oferta. Na ponta da demanda,

o interessado nem precisa sair de casa para efetuar a compra. Uma busca rápida na Internet gera na tela do computador um cardápio farmacêutico completo, em endereços nacionais e estrangeiros: moderadores de apetite, relaxantes musculares e até antidepressivos, cuja venda, no Brasil, requer receituário próprio. Mas a maior oferta é de estimulantes sexuais.

O balcão eletrônico é um perigo: vende remédios que entram sem autorização dos órgãos governamentais, muitos deles falsificados que, na melhor das hipóteses, não surtirão efeito.

Comprar em *sites* estrangeiros é ainda pior. Os endereços eletrônicos mudam com frequência e, se o consumidor tiver algum problema, não terá a quem reclamar. A Agência Nacional de

Vigilância Sanitária recomenda a escolha de um *site* que represente uma farmácia conhecida, para que se possa reclamar caso a compra não ocorra como pretendido. Ao receber o produto, deve-se conferir os sistemas de segurança adotados pela maioria dos laboratórios: laque e selo holográfico. Promoções exageradas também devem ser motivo de desconfiança.

## COMISSÕES

## Super-Receita será examinada em audiência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai realizar audiência pública sobre o projeto que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a chamada Super-Receita, que unifica as estruturas das secretarias da Receita Federal (SRF) e da Receita Previdenciária (SRP). Defendido em três requerimentos aprovados pelo colegiado, o debate deve ser realizado na reunião da CAE desta terça-feira.

Serão convidados os titulares

da Secretaria da Receita Federal, Jorge Rachid, e o diretor-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Valdir Moisés Simão. Participam ainda representantes dos sindicatos e associações que representam as categorias funcionais da área, como os auditores e técnicos da Receita e da Previdência Social, que estão divididas em relação ao projeto do Executivo.

A Super-Receita foi aprovada pela Câmara dos Deputados em janeiro, durante a convocação extraordinária. No Senado, o projeto (PLC 20/06) começa a tramitar na CAE, onde será relatado por Rodolpho Tourinho (PFL-BA), autor de um dos requerimentos para a audiência. Os outros dois foram propostos pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O governo encaminhou o projeto ao Congresso no final de novembro, depois que perdeu a validade a medida provisória antes apresentada para instituir o novo órgão.



Pedro Simon é autor de um dos requerimentos para a realização do debate

## Marta Suplicy explica o Reluz

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), confirmou para 21 de março audiência com a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, para que ela esclareça ampliação feita em contrato do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz) durante sua gestão.

Em audiência a ser marcada, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, deverá comparecer à comissão para prestar esclarecimentos sobre operação de crédito realizada entre o estado do Maranhão e a empresa

Camargo Corrêa. Trata-se de acordo para pagamento de uma dívida de R\$ 148 milhões, com características que "levantam suspeita", conforme requerimento que originou o debate, proposto pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

Na última reunião da CAE estava incluído na pauta projeto de lei (PLS 385/05) do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria a Zona Franca de São Luís. Entretanto, pedido de vista do senador Jefferson Péres (PDT-AM), com apoio dos demais presentes, adiou o exame da matéria.

## Ministro da Educação falará sobre o Fundeb

Por requerimento dos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Cristovam Buarque (PDT-DF), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) convidará o ministro da Educação, Fernando Haddad, para debater com o colegiado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Pela emenda constitucional que cria o Fundeb, aprovada pela Câmara dos Deputados durante a convocação extraordinária, foi acrescentado um ano, chamado de educação infantil, aos sete anos de ensino fundamental e médio obrigatórios no país.

O senador José Jorge (PFL-PE), relator da proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que cria o fundo, criticou o presidente da República pelo anúncio, em discurso em Parnaíba (PI), de que editaria medida provisória criando o Fundeb caso o Senado não

aprovasse rapidamente a PEC. Para o senador, o presidente Lula deveria saber que a Constituição não pode ser modificada por meio de medida provisória.

### Carta de fiança para candidato a emprego

A CAS aprovou ainda substitutivo apresentado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto de lei da Câmara (PLC 103/05) que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a emprego sob regime trabalhista.

Pelo projeto, o empregador que infringir esse dispositivo, a ser acrescentado na CLT, estará sujeito ao pagamento de indenização no valor equivalente a três vezes o salário estabelecido para o cargo, a ser pago em favor do empregado ou do candidato ao emprego.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), a exigência de fiador representa uma verdadeira coação para o candidato.



Projeto que estabelece marco regulatório para o setor foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente

# Avança debate sobre política de saneamento

O fluxo de propostas para a criação de um marco regulatório para o setor de saneamento básico no país ganha cada vez mais pressão. No Senado, um dos projetos em tramitação está na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), onde terá decisão final. Enquanto isso, tramitam em conjunto na Câmara seis propostas sobre o assunto, inclusive uma de autoria do Executivo. Paralelamente ao Legislativo, o Supremo Tribunal Federal (STF) está julgando a titularidade dos serviços de saneamento. A questão é saber se os serviços são de responsabilidade dos municípios ou dos estados.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou, no dia 21 de fevereiro, parecer do senador César Borges (PFL-BA) ao projeto de Gerson Camata

(PMDB-ES) que estabelece um marco regulatório para o saneamento básico (PLS 155/05).

O objetivo da proposta é a universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A matéria prevê regras sobre a definição de quem serão os prestadores do serviço de saneamento em cada localidade, o planejamento para a prestação de tais serviços, sua regulação e o estabelecimento de uma política federal para o setor.

O projeto foi aprovado na CMA mediante compromisso firmado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) de apresentar requerimento solicitando audiência pública na CI – para onde

a matéria foi enviada – a fim de ouvir especialistas do ramo.

Na Câmara, a leitura do relatório do deputado Júlio Lopes (PP-RJ) sobre o PLC 1.144/03 na Comissão Especial de Saneamento Básico, prevista para o dia 22 de fevereiro, foi cancelada por falta de quórum. Lopes havia

apresentado substitutivo ao projeto – da deputada Maria do Carmo Lara (PT-MG) – e a outras cinco propostas que tramitam em conjunto, entre elas o PL 5.296/05,

do Executivo, que foi usado como base pelo relator. O relatório deverá ser discutido pela comissão nesta quinta-feira.

Já o STF marcou para a quarta-feira o julgamento da titularidade dos serviços de saneamento.

### Comissão de Infra-Estrutura deverá realizar audiência sobre o assunto

## Especialistas discutem pavimentação da BR-163

Dois requerimentos de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para a realização de audiência pública foram aprovados pela CMA. O primeiro solicita que a pavimentação da BR-163, rodovia que liga Cuiabá a Santarém (PA), seja discutida em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, por sua relevância para as regiões Norte e Centro-Oeste.

A segunda audiência pedida pelo senador será destinada à discussão do Plano de Manejo Florestal Sustentável da Amazônia.

A comissão aprovou ainda pedido de informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o processo que analisa a obra de construção de trechos rodoviários na BR-235, na divisa dos estados do Tocantins e Maranhão. O pedido foi feito por meio de parecer do senador Flexa Ribeiro relativo a aviso do TCU com informação de que a obra foi interrompida por indícios de irregularidades.

– Essa rodovia é da maior importância porque vai propiciar uma melhoria no escoamento da produção do Centro-Oeste,

encurtando o caminho para mercados consumidores – afirmou Flexa Ribeiro.

Por outro pedido de informações aprovado, a comissão vai solicitar ao Banco do Nordeste dados referentes aos programas de financiamento e às aplicações de recursos dos fundos constitucionais de financiamento.

A solicitação foi feita a partir de análise das demonstrações contábeis do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31 de dezembro de 1996.

## Novas regras sobre data para pagar contas

As empresas de grande porte poderão ficar proibidas de escolher a data para pagamento de serviços públicos. De acordo com substitutivo do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a projeto do Executivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), apenas pessoas físicas, microempresários e empresas de pequeno porte poderão ter a opção de escolher entre seis datas diferentes para o pagamento de suas contas.

O projeto (PLC 104/05) revoga a Lei 9.791/99, que facultava a escolha das datas a todos os usuários de serviços públi-

cos. A extensão do benefício a grandes empresas, segundo Flexa Ribeiro, implica custos adicionais, como vem ocorrendo desde a entrada em vigor da Lei 9.791/99.

A extensão do benefício às empresas de pequeno porte foi acrescentada ao substitutivo. O projeto original previa atendimento somente às pessoas físicas e aos microempresários.

A matéria será ainda apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CMA aprovou também requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) para que a comissão solicite à Secretaria Especial

de Comunicação Social do Senado a cobertura da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (COP8), que ocorrerá em Curitiba, entre os dias 13 e 31 de março próximos.

Na justificativa do requerimento, Flávio Arns lembra que os temas em debate constam de várias matérias em tramitação no Poder Legislativo.

– É importante a cobertura dos eventos pelas mídias oficiais do Senado Federal, que assim contribuirão com a melhor informação dos cidadãos brasileiros – afirmou o parlamentar.

## COMISSÕES

# Crime do colarinho-branco pode custar 15 anos de prisão

Os 23 crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492/96) terão suas penas agravadas, e a liberdade provisória só será concedida mediante fiança, cujo valor será estabelecido levando-se em conta a vantagem auferida com a prática do crime. É o que determina substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) ao projeto de lei (PLS 439/03) do senador Demostenes Torres (PFL-GO) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo texto acolhido, os condenados terão que iniciar o cumprimento da pena em regime fechado. O projeto também especifica o tipo penal de gestão fraudulenta de instituições financeiras. Pela proposta, "gerir fraudulentamente instituição financeira, dando causa à decretação da intervenção, da liquidação extrajudicial ou da falência", pode resultar em reclusão de seis a 15 anos e multa. Se a gestão for temerária, a pena pre-

vista é de quatro a dez anos, mais multa.

– Além do aumento expressivo das penas, o réu terá que começar a cumprir a pena em regime fechado e, para sair em liberdade provisória, deverá ter cumprido pelo menos metade da pena e pagar fiança fixada com base no crime cometido, o que dificulta o livramento condicional – explicou o autor do projeto.

Demostenes esclareceu ainda que, pela legislação em vigor, nas raras vezes em que alguém é condenado por algum dos crimes previstos nessa lei, a pena cominada é, geralmente, inferior a quatro anos, em razão dos limites mínimo e máximo das sanções



Lobão (E, ao lado de Gerson Camata) é autor do substitutivo aprovado pela CCJ

previstas. Isso favorece, segundo o senador, a obtenção de pena restritiva de direitos ou o início do cumprimento da pena em regime aberto, além de favorecer a obtenção precoce do livramento condicional.

## Duas audiências para discutir o Fundeb

A CCJ também aprovou requere-

mento para a realização de duas audiências públicas destinadas a discutir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). As audiências, solicitadas por José Jorge (PFL-PE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), ouvirá especialistas e autoridades na área e serão realizadas nos dias 7 e 9 de março.

## Projeto reduz possibilidade de recursos nas causas cíveis

A CCJ também aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 30/05) que tem o objetivo de reduzir o número de recursos na Justiça, muitos deles apresentados "com a única finalidade de protelar a decisão da sentença", segundo o autor, deputado Colbert Martins (PPS-BA). O senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator do projeto, acredita que sua aprovação vai

acelerar a tramitação dos processos. A matéria segue para votação em Plenário.

Pela proposta, o recurso contra sentenças em causas cíveis só será admitido no efeito devolutivo, sem interromper a execução da decisão, salvo quando puder causar dano irreparável a uma das partes.

Pela atual legislação, a apelação

contra as sentenças que extinguem o processo, com ou sem julgamento do mérito, pode surtir dois efeitos: o suspensivo e o devolutivo. O primeiro suspende a decisão do juiz e o tribunal tem que julgar a ação novamente. No devolutivo, vale a decisão enquanto o recurso estiver sendo discutido.

Demostenes Torres diz que, nessa matéria, o Congresso Nacional

poderia optar por duas soluções.

– Ou perseguir a celeridade processual, com a inversão da regra geral do efeito suspensivo, ou privilegiar a integridade da jurisdição, evitando a execução de julgados, mesmo que provisoriamente, antes da sua confirmação em instância superior, caso haja apelação da sentença de primeiro grau – explicou.

## Aprovadas sugestões de mudanças regimentais

A comissão especial criada para propor alterações que atualizem o Regimento Interno do Senado aprovou parecer do relator, senador Tião Viana (PT-AC), com projeto de resolução a ser apreciado agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para o relator da comissão especial, a proposta é "um primeiro passo no sentido de tornar a Casa mais célere, para dar as respostas que a sociedade quer".

Pela proposição, o resultado das eleições passa a ser tomado como critério para a representação partidária, proporcional ao tamanho das bancadas, em cada comissão. Isso uniformiza os regimentos do

Senado e da Câmara (já alterado), incentivando a fidelidade partidária e evitando a prática da troca de partidos às vésperas da renovação das composições das comissões.

Outras alterações sugeridas pela comissão especial, presidida pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), têm por objetivo democratizar o uso da palavra pelos oradores no Plenário. Para isso, o projeto torna mais rígido o controle do tempo. Os discursos passariam a ser prorrogados apenas por um ou dois minutos para o senador encerrar o pronunciamento. E os líderes só poderiam fazer uso da palavra uma única vez por sessão para comunicação urgente ou de



Marco Maciel (E) e Tião Viana, presidente e relator da comissão: primeiro passo para tornar mais ágil o funcionamento do Senado

interesse partidário, por cinco minutos.

O projeto também fixa o horário de início das votações, a chamada ordem do dia, para as 16h. Com isso, o período destinado aos discursos dos senadores, no início da sessão, passaria de uma hora e meia de duração para duas

horas.

A proposta da comissão também definiu com mais precisão o critério para a escolha do projeto que encabeça a lista de matérias em caso de tramitação conjunta de proposições semelhantes. Seria escolhida a mais antiga das propostas.

## Parlamento do Mercosul deve ter primeiras reuniões em maio de 2007

As primeiras sessões plenárias do Parlamento do Mercosul deverão ocorrer a partir de maio de 2007, segundo decisão adotada durante reunião dos presidentes das seções nacionais da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), em Montevidéu (Uruguai). O período de maio a dezembro do próximo ano é considerado a quarta etapa do processo de

instalação do futuro órgão legislativo regional.

Além das sessões plenárias, passarão a ocorrer regularmente, nessa etapa, as reuniões de comissões permanentes. Também está prevista para o período a aprovação do Regimento Interno do novo organismo e da chamada "fórmula de representação cidadã", que estabelecerá quantos parlamentares serão

eleitos por um dos países do bloco econômico – Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Até lá, cada um terá direito a 18 parlamentares.

A primeira etapa da instalação, segundo o documento aprovado em Montevidéu, refere-se aos meses de fevereiro a junho de 2006. Os principais objetivos para o período são os de incorporação às legislações nacionais

do protocolo de criação do novo organismo e definição de sua sede e de sua estrutura de funcionamento. Será ainda resolvido o orçamento para instalação e funcionamento.

A segunda etapa, que vai de julho a dezembro de 2006, visa a instalação do Parlamento do Mercosul, com a realização de sua sessão inaugural. Ocorrerão no segundo semestre a sele-

## Comissão vai debater violação dos direitos humanos no Pará

O desmatamento, a grilagem de terra e a violação dos direitos humanos no Pará serão debatidos em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em Belém (PA), em data ainda a ser marcada. Requerimento nesse sentido, da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), foi aprovado pela comissão antes do Carnaval.

Os três temas constam de relatório conjunto apresentado no fim do ano passado pela Comissão Pastoral da Terra e pelas entidades Terra de Direitos e Justiça Global. As informações contidas no relatório intitulado *Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: Conflito e Violência na Fronteira Paraense* serão usadas como base do debate. Entre elas, a de que somente três dos 772 julgamentos de mandantes de assassinatos vinculados a conflitos fundiários foram realizados, entre 1971 e 2004.

– Essa cruel e brutal realidade evidencia a necessidade de se estabelecer novas estratégias e maior comprometimento por parte dos órgãos institucionais competentes no combate à violência e assim, por conseguinte, às violações de direitos humanos – justificou Ana Júlia.

Durante a discussão do requerimento, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que o quadro de violação dos direitos humanos na Amazônia justifica a presença da comissão na região. Ele afirmou ainda que assinaria o requerimento juntamente com Ana Júlia.

Entre os convidados para a audiência, conforme o requerimento, estarão representantes das três entidades responsáveis pelo relatório, além de autoridades como o presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, e o secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

## Audiência discute as "cobaiais humanas"

Foi também aprovado pela comissão requerimento do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sugerindo a presença de um representante do Ministério das Relações Exteriores na audiência pública de 8 de março, a respeito de denúncias do jornal *Correio Braziliense* em dezembro de 2005, sobre a existência de cobaiais humanas em pesquisas patrocinadas pela Universidade da Flórida (EUA) na Amazônia.

**CRISE POLÍTICA** Relator da CPI estuda proposta de realização de plebiscito para autorizar a atividade no país

# Eleitor pode decidir sobre casas de bingo



Efraim Morais e Garibaldi Alves, presidente e relator da CPI dos Bingos: relatório final previsto para 25 de abril

## Ameaças levam família de Celso Daniel a deixar o país

Membro da subcomissão da CPI dos Bingos que investiga especificamente a morte do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) quer investigação sobre as ameaças sofridas pelos irmãos João Francisco e Bruno, que estão deixando o país em busca de segurança.

Depois de receberem ameaças de morte – após acareação na CPI dos Bingos em outubro do ano passado com o chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho – os irmãos decidiram ir para o exterior, sem informar o destino.

Na semana passada partiram Bruno Daniel, o irmão mais novo, sua esposa e seus três filhos. Os próximos a deixarem o Brasil são João Francisco e sua família. Ele foi o primeiro a denunciar o esquema de corrupção em Santo André – e que teria sido a suposta causa do assassinato do ex-prefeito.

– Vou propor que um emissário converse com a família sobre as ameaças – disse Tuma, para quem não se pode aceitar pressões sobre testemunhas da CPI. “Esse é mais um motivo para aprofundarmos as investigações e se preciso prorrogarmos a CPI”, concluiu.

## BC e Anatel atrasam trabalho da CPI

O relatório final da CPI dos Bingos deverá ser votado até o dia 25 de abril, segundo o presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), mas ele admitiu, a possibilidade de os trabalhos serem prorrogados, caso não sejam obtidas as informações necessárias para as conclusões do relator, Garibaldi Alves Filho.

Efraim lamentou que o Banco Central e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estejam postergando a entrega dos documentos de várias quebras de sigilo já aprovadas, atrasando o cronograma de trabalho e impedindo a comissão de avançar nas investigações, disse o senador.

Um caso ainda pendente é a quebra de sigilos do empresário Roberto Kurzweil, que alugou automóveis ao PT em 2002.

Efraim anunciou que, em encontro que terá com o ministro Cezar

Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), irá explicar a importância da quebra de sigilo.

O senador lembra que essa providência é fundamental para elucidar o caso da suposta utilização de dólares procedentes de Cuba na campanha petista de 2002.

– A insistência em relação a essa quebra de sigilo reside na importância para o fechamento do relatório final. Se não for possível apresentar um relatório transparente e conclusivo, não nos restará outra saída a não ser prorrogar os trabalhos. Tenho certeza de que será fácil obter as 27 assinaturas necessárias – declarou.

Segundo Efraim, esta primeira semana de março será movimentada na comissão.

Poderão ainda ser reconvocados Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial do ministro da Fazenda Antonio Palocci, em fun-



A menos de dois meses do término previsto para a CPI dos Bingos, o relator Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) estuda sugestões para propor ou não a regulamentação das casas de bingo no país. Uma delas é a realização de um plebiscito para que a população decida se esses estabelecimentos devem ou não continuar abertos.

Para Garibaldi, as casas de bingo devem continuar funcionando, mas com fiscalização rigorosa que previna lavagem de dinheiro e sonegação de impostos.

– Se as casas de bingo não forem regulamentadas, poderá haver um prejuízo de ordem social, como grande desemprego – argumenta o relator, que deixou claro que a decisão final não será sua, mas “da sociedade”.

A Lei 9.981/00 revogou todos os artigos referentes a bingos na Lei Pelé (9.615/98), estabelecendo que caberia à Caixa Econômica

Federal a autorização e a fiscalização da realização dos jogos de bingo, bem como a decisão sobre a regularidade das prestações de contas. Todos os bingos estão proibidos de utilizar máquinas caça-níqueis.

### Congresso rejeitou MP que proibiu os bingos

Em 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou medida provisória (MP 168/04) que proibia todas as modalidades de jogos de bingo, porém a MP foi rejeitada pelo Congresso. Em depoimento à CPI dos Bingos, o presidente da Associação Brasileira dos Bingos, Olavo Sales da Silveira, disse que somente em 14 estados os bingos conseguiram concessões para funcionar; nos demais, estão abertos graças a liminares judiciais.

Para o líder do PFL, senador José Agripino (RN), a proposta de plebiscito é factível, desde que ele seja feito conjuntamente a outras consultas populares, para reduzir os custos.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) acredita que, ao ser esclarecida, a população decidirá pelo fechamento das casas de bingo.

– Hoje não há uma fiscalização eficiente, não há como controlar o volume movimentado nos bingos – disse Antero, em opinião compartilhada pelo senador Agripino.

O relator também avalia a proposta de cobrança de um imposto sobre bingos para pagar os custos com a fiscalização das empresas.

Para Flávio Arns (PT-PR), um plebiscito para este assunto seria um custo desnecessário.

– Não há por que consultarmos toda a população, já que uma parcela muito pequena tem acesso a esse tipo de jogo. Já ficou claro que o poder público não tem qualquer tipo de controle sobre o fluxo de dinheiro que passa por essas casas – diz o senador, para quem os bingos são montados “em ambientes propícios para as atividades ilícitas”.

## Proibidos desde 1941, bingos se cercaram de escândalos

- ▶ A Lei de Contravenções Penais (1941) proíbe, em seu artigo 50, o estabelecimento ou exploração de jogo de azar em lugar público ou acessível ao público. O artigo 51, da mesma lei, proíbe a promoção ou extração de loteria, sem autorização legal.
- ▶ Consideram-se jogos de azar aqueles cujo ganho e perda dependam exclusiva ou principalmente da sorte; as apostas sobre corrida de cavalos fora de hipódromo ou de local onde sejam autorizadas; as apostas sobre qualquer outra competição esportiva.
- ▶ A Lei Pelé (1998) permitia (artigo 59) a realização de jogos de bingo – permanente ou eventual – em todo o território nacional, nos termos da lei, considerando-se bingo permanente aquele realizado em salas próprias, com extração isenta de contato humano.
- ▶ A Lei 9.981/00 revogou todos os artigos referentes a bingos na Lei Pelé, estabelecendo que caberia à Caixa Econômica Federal a autorização e a fiscalização da realização dos

jogos de bingo, bem como a decisão sobre a regularidade das prestações de contas.

- ▶ A MP 2.216-37/01 ratificou que a exploração de jogos de bingo, serviço público de competência da União, tem de ser executada, direta ou indiretamente, pela Caixa Econômica Federal em todo o território nacional.
- ▶ Em fevereiro de 2004, após o escândalo da gravação envolvendo o empresário de jogos Carlos Cachoeira e Waldomiro Diniz, assessor da Presidência da República, o governo editou a MP 168, que proibia a exploração de bingo e máquinas caça-níqueis. A MP foi rejeitada.
- ▶ Há alguns anos, estados passaram a autorizar a instalação de bingos, mas tiveram de voltar atrás. O Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar ação direta de inconstitucionalidade, declarou que as normas estaduais são inconstitucionais por serem “ofensa à competência privativa da União para legislar sobre consórcios e sorteios”, nos quais incluem as loterias e bingos.

## Empresários pretendem colher assinaturas em apoio ao setor

Preocupada com a possibilidade de a CPI sugerir o fechamento definitivo das casas de jogos, a Associação Brasileira dos Bingos lançou em seu *site* ([www.abrabin.com.br](http://www.abrabin.com.br)) uma convocação aos empresários do setor para que colham assinaturas (abaixo-assinado) a serem entregues à comissão, pedindo a regulamentação da atividade.

– Essa CPI seguramente terá como iniciativa em seu final a proposta de uma regulamentação definitiva ou a criminalização de nosso setor. Portanto, isto significa um sério risco ou uma grande e inédita oportunidade para mantermos nossos negócios

– alerta o *site*.

Para que a proposta seja de regulamentação, a Abrabin pede a coleta de assinaturas, com a divulgação da lista nos próprios bingos.

A Abrabin sugere a colocação das listas em locais visíveis, avisos nas salas de cartelas e de MEPS (máquinas) e a distribuição das listas entre os funcionários, que coletariam assinaturas junto a seus familiares, vizinhos, amigos e conhecidos.

Em depoimento à CPI dos Bingos, o presidente da Abrabin, Olavo Sales da Silveira, disse que, antes da MP 168, a entidade representava 560 associados. Hoje não passam de 250.

## CPI dos Correios não deve investigar desvios em Furnas

A CPI dos Correios convocou o ex-diretor de Furnas Dimas Toledo para dar explicações sobre a chamada "lista de Furnas", com os nomes de 156 políticos acusados de receber caixa dois em 2002, mas deve deixar a denúncia de desvios na estatal de fora das investigações.

Não há previsão de data para o depoimento do lobista Nilton Monteiro, responsável pela divulgação da lista. O relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio, comentou que a CPI não vai "dar palco pra ninguém" e que só convoca Monteiro caso ele apresente o original da lista, para comprovar que o documento é verdadeiro.

Monteiro, no entanto, afirmou que vai pedir ao relator que marque o seu depoimento, em que promete disparar denúncias contra novos políticos e apresentar recibos que comprovam a

veracidade da "lista de Furnas". No depoimento de Toledo, parlamentares dos partidos citados na lista, principalmente do PSDB, usaram a estratégia de desqualificar o lobista, acusando-o de fraudar o documento.

Desde que surgiu a denúncia sobre Furnas, Serraglio tem se manifestado contrário à investigação pela CPI. Para ele, a comissão está na reta final, já tem várias linhas de investigação – Correios, Duda Mendonça, Marcos Valério, fundos de pensão e IRB – e o melhor seria a criação de uma CPI específica para investigar a estatal.

A Polícia Federal já está adiantada na investigação de possíveis fraudes em Furnas. Já tomou os depoimentos de Toledo, Monteiro e do deputado cassado Roberto Jefferson, que assumiu ter recebido os R\$ 75 mil atribuídos a ele na lista.

### Calendário da CPI dos Correios

#### Segunda-feira (6/3)

- Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção - Ouve o presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da CVM, Fábio Ferreira, às 14h, e o presidente da Associação dos Servidores da Susep, Cássio Kelly, às 16h.

- Sub-Relatoria de Fundos de Pensão - A partir das 10h, toma depoimentos dos representantes do Núcleo Paulo Figueiredo e Gildásio Amado Filho; e de representantes do Banco Santos e do fundo de pensão Refer.

#### Terça-feira (7/3)

- Sub-Relatoria de Contratos - Reúne-se às 11h para ouvir José Vanderlei de Medeiros, do Grupo GPT. Às 15h, ouve o sócio da US Mendonça Express Walmir Cardoso; e o responsável jurídico da Diretoria Regional dos Correios do Pará, Paulo Maurício Cardoso.

- Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção - Às 10h, ouve o ministro aposentado do STF Carlos Velloso.

- Sub-Relatoria de Fundos de Pensão - Reúne-se às 10h para ouvir o ex-assessor de comunicação do PT Marcelo Sereno.

#### Quarta-feira (8/3)

- Sub-Relatoria de Contratos - A partir das 14h, ouve representantes da empresa que arrenda aeronaves para a Skymaster, dos Correios, da Siemens e da Beta/Promodal.

- Sub-Relatoria de Fundos de Pensão - Ouve o operador Lúcio Bolonha Funaro e representantes da corretora de valores Cruzeiro do Sul e da Brasil Central. A reunião começa às 10h.

#### Quinta-feira (9/3)

- Plenário da CPI dos Correios - Votação de requerimentos às 10h. Logo depois, depõem os diretores do Banco do Brasil Paulo Caffarelli, de Comunicação, e Paulo Bonzanini, de Varejo.

- Sub-Relatoria de Contratos - Ouve, a partir das 10h, representantes da Beta.

- Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção - Às 14h, ouve o presidente da Associação Brasileira de Agências de Propaganda (Abap), Dalton Pastore.

- Sub-Relatoria de Fundos de Pensão - Às 10h, promove acareação entre três representantes do fundo Núcleos.

#### Terça-feira (14/05)

- Sub-Relatoria de Contratos - Às 10h, toma depoimento de Roberto Naccache.

#### Quarta-feira (15/3)

- Plenário da CPI dos Correios - Dia previsto para o depoimento de Duda Mendonça e de seus sócios, de acordo com o relator da comissão.

#### Quinta-feira (21/3)

- Plenário da CPI dos Correios - Leitura do relatório final da comissão, a partir das 11h.

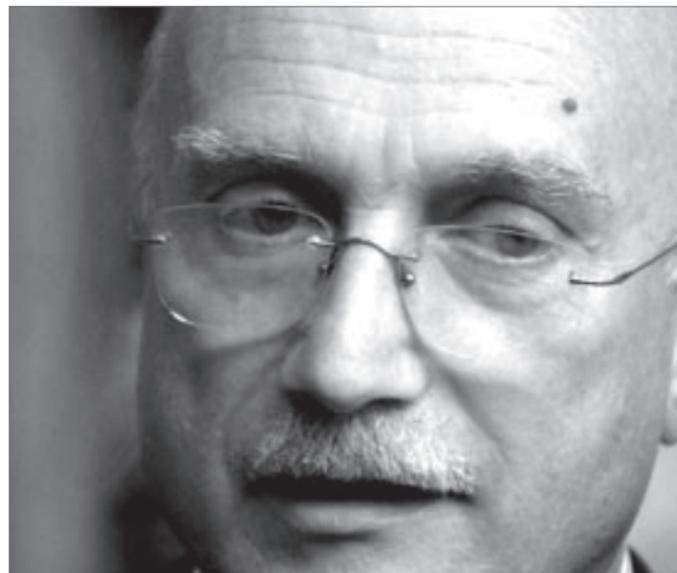


# Relatório final incluirá dez novos envolvidos

O relatório final da CPI dos Correios vai citar mais dez parlamentares por envolvimento em corrupção, antecipou o relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Até agora, a CPI já apontou 19 deputados como beneficiários do esquema operado pelo empresário Marcos Valério. Desses, quatro renunciaram para evitar a cassação do mandato, dois foram absolvidos pelo Plenário da Câmara (Romeu Queiroz e Sandro Mabel) e dois foram cassados (Roberto Jefferson e José Dirceu). Os demais processos aguardam votação em Plenário ou conclusão pelo Conselho de Ética desde outubro do ano passado, quando foram instaurados.

O julgamento político dos deputados envolvidos em irregularidades investigadas pela CPI dos Correios pode ter resultado semelhante ao da CPI do Orçamento, que em 1994 indicou a perda do mandato de 18 parlamentares acusados de corrupção em torno da lei orçamentária. À época, seis deles foram cassados, quatro renunciaram para escapar do inquérito por quebra de decoro e oito foram absolvidos ou tiveram o processo arquivado.

O relator também adiantou que vai comprovar o mensalão – pagamento de propina a parlamentares pelo Planalto em troca



Osmar Serraglio adiantou que vai comprovar o pagamento de propina a deputados, o chamado esquema do mensalão

de apoio político –, descartando o argumento dos acusados, de que o dinheiro recebido teria abastecido o caixa dois de campanhas.

### Menção do nome de Lula deve gerar discussões

Entre as outras especulações em torno do relatório final da CPI está a citação do presidente Lula. Serraglio já informou que vai mencionar o deputado cassado Roberto Jefferson, que disse ter denunciado o mensalão ao presidente em duas oportunidades, mas não comentou se vai

atribuir responsabilidades, ou seja, indicar se o presidente teria cometido prevaricação. A citação do presidente promete ser tema de muita discussão durante a votação do texto.

O documento também deve fazer referências ao "valerioduto tucano", como ficou conhecido o esquema de repasses operado por Valério nas eleições para o governo de Minas Gerais em 1998. Uma das campanhas financiadas pelo empresário teria sido a do atual senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao governo do estado.

## Parlamentares querem prorrogação da CPI

A CPI dos Correios está prevista para terminar no fim do mês, antes do prazo regimental de 11 de abril. Mas alguns parlamentares começam a cogitar uma nova prorrogação, sob o argumento de que é necessário aprofundar a análise de temas que vão ficar sem conclusão: a movimentação financeira de Duda Mendonça no exterior, a participação da Bônus-Banval, da Guaranhuns e de doleiros em repasses, a relação entre fundos de pensão e corretoras e até mesmo a "lista de Furnas". O relator da comissão, deputado Osmar Serraglio, disse que concorda com a prorrogação, mas que "ficaria em cima do muro" caso a decisão ficasse sob a sua responsabilidade.

– Concordo que algumas investigações ainda necessitam de aprofundamento. Mas, ao mesmo tempo, não defendo a continuidade dos trabalhos porque o ano eleitoral tem de tudo para tornar a CPI improdutiva – resumiu. Outro defensor de mais tempo para a CPI é o sub-relator de Fundos de Pensão, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA). Ele reconheceu que a investigação vai deixar diversas lacunas que devem ser preenchidas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, responsáveis por dar continuidade aos trabalhos.

A prorrogação, no entanto, ainda não pode ser considerada uma possibilidade real. Para viabilizar a continuidade são necessárias as assinaturas de 171 deputados e de 27 senadores – um terço do total de membros de cada Casa. Além disso, a determinação de terminar os trabalhos antes do vencimento do prazo regimental partiu do próprio presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), a quem caberia decidir pela continuidade dos trabalhos.

## Impasse entre governo e oposição impede votações

Para aprovar o pedido de quebra de sigilo contábil do PT nos últimos cinco anos, feito pelo relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, governistas exigiram a quebra dos sigilos do PSDB mineiro, que teria recebido dinheiro do valerioduto em 1998. O impasse acabou adiando mais uma vez as votações e a definição da agenda dos trabalhos para esta semana. A apreciação dos requerimentos de convocação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e de transferência dos sigilos da verba da Visanet administrada pelo Banco do Brasil também devem ser discutidos na próxima reunião administrativa da CPI dos Correios. A briga entre tucanos e petistas pode se intensificar durante a análise do relatório final da CPI dos Correios, que deve ser lido no dia 21.

### Convocação de Duda aguarda análise de documentação sigilosa

Outro assunto pendente é a reconvocação do publicitário Duda Mendonça e de seus sócios para esclarecer as novas denúncias sobre movimentação financeira irregular no exterior. Para evitar o vazamento de informações sigilosas, o depoimento deve ser secreto. O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral, informou que está dando tempo para a investigação dos documentos que vieram dos Estados Unidos sobre a movimentação financeira do marqueteiro. Na última quinta-feira, o deputado Osmar Serraglio e os relatores adjuntos Maurício Rands (PT-PE) e Eduardo Paes (PSDB-RJ) estiveram no Ministério da Justiça para começar a análise da documentação sigilosa. Eles terão dez dias para analisá-la. Até agora, já foi divulgado que a CPI identificou três contas irregulares do publicitário no exterior: a Dusseldorf, nas Bahamas, a Eleven, em Nova York, e a Ocean Bank, em Miami.

**PLENÁRIO** Para senadores, resultado positivo das instituições financeiras em 2005 não condiz com governo popular

## Senadores querem CPI sobre o caso Gamecorp

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu a criação de uma CPI para apurar o patrocínio da operadora de telefonia Telemar à Gamecorp, empresa de Fábio Lula da Silva, filho do presidente Lula. ACM baseou a proposta em jornais e revistas com a informação de que a Telemar, além dos R\$ 5 milhões já noticiados, aplica outros R\$ 5 milhões por ano como patrocínio na Gamecorp.

ACM afirmou que pretende entregar material sobre o caso à CPI dos Correios e acusou Lula de anuência com a corrupção.

– Lula não é alvo da oposição. Ele é alvo do descaramento, da

falta de vergonha do governo, das coisas inacreditáveis que acontecem em todos os ministérios, com raríssimas exceções – disse.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) também quer que a CPI dos Bingos investigue o caso. Já o líder tucano, Arthur Virgílio (AM) quer que a empresa de Fábio explique ao país esses aportes financeiros recebidos da Telemar.

Para a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) é estranho o fato de a Telemar manter parcerias com 40 empresas do setor de jogos e multimídia e se associar a apenas uma delas, exatamente a do filho do presidente.

## Virgílio anuncia mais duas ações do PSDB contra Lula

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, informou que seu partido entrou com duas novas representações junto ao Tribunal Superior Eleitoral contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por crime eleitoral. As ações (sete no total) são baseadas em declarações de Lula “onde inaugura obras e faz promessas”.

O senador reportou-se a editorial de *O Estado de S. Paulo* que considera “como uma sinalização de que o presidente usa a máqui-



Arthur Virgílio

na do Estado para tentar sua reeleição”, prometendo obras para depois de 2007, como se reeleito. “Em uma ação, Lula foi condenado a pagar R\$ 30 mil. Se for condenado em sete, terá que recorrer ao Paulo

Okamoto”, disse.

Virgílio desafiou o presidente do PT, Ricardo Berzoini, a processá-lo. Ele lembrou que Berzoini já fez essa ameaça ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

## Antero quer saber se ligações são mesmo de Palocci

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu à CPI dos Bingos que esclareça se o telefone celular identificado pelo *Correio Brasileiro* seria realmente usado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e seu assessor Ademirson Ariovaldo da Silva. O telefone teria registradas 30 mil ligações provenientes de pessoas investigadas pelas comissões de inquérito, como Delúbio Soares.

## Alvaro Dias critica operação tapa-buracos

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a operação tapa-buracos, por autorizar obras sem a assinatura de contratos. Segundo ele, 80% das obras em Minas Gerais e no Paraná estão nessa situação. Apesar de estar em boas condições, disse, a BR-467, de Maringá a Cascavel, recebeu R\$ 290 mil. O senador citou reportagem em que a eficácia da operação é criticada por especialistas.

## Heráclito: poucos defendem o PT

Heráclito Fortes (PFL-PI) desafiou o PT, que reconduziu Ideli Salvatti (SC) à liderança no Senado, a convidar Tião Viana (PT-AC) ou Sibá Machado (PT-AC) para o cargo. Para Heráclito, nenhum deles aceitaria defender o partido, acusado de irregularidades inves-

tigadas em CPIs.

– Essa história do PT de tentar fazer com que a população esqueça o que aconteceu é uma grande bobagem, uma brincadeira. A nação toda sabe quem manipulou, quem usou os recursos – disse Heráclito.

**SUL ESQUECIDO** - Leonel Pavan (PSDB-SC) reclamou do contingenciamento de recursos destinados aos estados do Sul, que muito contribuem para o saldo positivo da balança comercial. Relatório das organizações das indústrias dos estados que indica as necessidades de investimento em infra-estrutura na região, em especial, rodovias, portos e aeroportos, foi entregue ao Congresso.

**REPREENSÃO** - José Jorge (PFL-PE) registrou que parecer da Comissão de Ética da Presidência da República repreende o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e sugere a instauração de processo administrativo contra ele. O parecer foi resposta a representação do parlamentar contra o ministro do Trabalho por ofensa à honra do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), em cartazes distribuídos por Brasília.

# Mão Santa: Lula é melhor para bancos

Ao comentar os lucros recordes que os principais bancos do país vêm anunciando, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não prioriza os trabalhadores, mas os banqueiros.

Mão Santa também disse que “Fernando Henrique Cardoso tinha lá sua linhagem neoliberal e, nesse sentido, implementou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer); mas Lula, em três anos, deu mais dinheiro aos bancos que FHC em oito anos”.

A arrecadação recorde de impostos, em janeiro (R\$ 33,87 bilhões), fez com que Mão Santa lembrasse que Tiradentes se insurgiu contra a derrama em



GERALDO MAGELA

Os recordes de lucros dos bancos, para Mão Santa, demonstram que o governo prioriza os banqueiros e não os trabalhadores

Minas Gerais. Para o senador, “nunca se sugou tanto de um povo”, que trabalha metade do ano para pagar impostos.

O mais grave, continuou, é que o dinheiro não é gasto para melhorar a situação da população. Citando o filósofo italiano

Norberto Bobbio, para quem “o mínimo que o governo deve dar ao povo é segurança”, o senador disse que nem sequer há plano de segurança pública, no Brasil.

O senador Flávio Arns (PT-PR) pediu uma solução sobre a questão dos lucros dos bancos.

## Para Heloisa, trabalhadores perdem enquanto bancos ganham

Para a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL), o grande lucro dos bancos é obtido às custas da transferência de renda dos assalariados e do setor produtivo para o capital financeiro. Em 2005, o Bradesco teve o maior ganho da história da América Latina para bancos de capital aberto, 80% superior ao obtido em 2004.

– É difícil de aceitar que essa enorme transferência de renda para o capital financeiro se dê exatamente no governo de Lula – disse Heloisa Helena, para quem esse governo dá as melhores condições para os bancos. Ela lembrou das críticas que

fazia, como líder do PT, na oposição, ao então ministro da Fazenda, Pedro Malan, por causa de privilégios a bancos.

– Ele deve rir muito de mim, ao se recordar das nossas brigas – afirmou, oferecendo opções de política econômica, como o controle de capitais e o aumento do investimento em políticas sociais que gerem emprego.

Por fim, Heloisa criticou a carga tributária sobre os mais pobres e sobre o empresariado “que gera emprego e renda”. Para ela, o governo Lula “faz igual ou pior” que o de Fernando Henrique Cardoso.

### Lucro líquido dos principais bancos brasileiros em 2005

**Bradesco** - R\$ 5,514 bilhões (crescimento de 80,19%)

**Itaú** - R\$ 5,251 bilhões (crescimento de 11,8%)

**Banco do Brasil** - R\$ 4,154 bilhões (crescimento de 37,4%)

**Caixa Econômica Federal** - R\$ 2,07 bilhões (crescimento de 20,3%)

**Unibanco** - R\$ 1,838 bilhão (crescimento de 43,3%)

Fontes: Demonstrações contábeis dos bancos

## Bancos lucraram com aposentados, diz Agripino

José Agripino (RN) lamentou a situação dos aposentados que tomaram empréstimos consignados e, agora, se vêem obrigados a pagar as prestações, ficando sem dinheiro para despesas básicas como alimentação. Para ele, essa modalidade de financiamento é uma perversidade.

– No Rio Grande do Norte e no restante do país, os velhinhos tomam empréstimo por pressão de parentes para comprar supérfluos. O desconto é em folha, não tem como não

pagar as prestações, e eles estão passando fome – relatou.

Ele condenou ainda que um governo que se intitula “dos pobres” tenha propiciado lucros de R\$ 4,15 bilhões ao Banco do Brasil (BB) e de R\$ 2,73 bilhões à Caixa Econômica Federal (CEF), em detrimento da atividade produtiva e dos próprios aposentados. O lucro do BB cresceu 37,4% e o da CEF, 46%. Somente no que diz respeito aos empréstimos consignados o lucro do BB subiu 158%. Com esses resultados, os dois bancos

repassaram à União quase R\$ 1,8 bilhão, segundo Agripino, usados no pagamento de dívidas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Agripino assinalou ainda o prejuízo de R\$ 62 milhões do Banco Popular do Brasil, subsidiária do BB criada para atender pessoas de baixa renda. Somente graças às denúncias da CPI dos Correios, continuou o senador, os gastos em publicidade do Banco do Brasil caíram de R\$ 24 milhões, em 2005, para R\$ 2 milhões, em 2006.

## Ideli ressalta papel social dos bancos federais em 2005

Os bancos federais desenvolvem papel importante no governo Lula, investindo em habitação e saneamento básico e democratizando crédito para cidadãos de baixa renda. A opinião é da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que destacou o lucro dessas instituições em 2005.

O BNDES, disse, lucrou R\$ 3,2 bilhões, melhor resultado da história, com a menor taxa de juros em 11 anos. Já as aplicações em microcrédito do Banco do Brasil (R\$ 852,3 milhões), completou, dobraram. A senadora referiu-se ainda ao Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), que, federalizado, teve lucro de R\$ 59 milhões.

## Tourinho pede reformulação de microcrédito dirigido

Por conta do prejuízo de R\$ 62 milhões registrado pelo Banco Popular do Brasil em 2005, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu a reformulação dos programas de microcrédito do governo para um modelo que incentive a produção, não apenas “dando o peixe, mas ensinando a pescar”, fórmula que já teve sucesso em outros países no combate à pobreza. Ele se disse estarecido com a informação de que o governo pretende destinar até o final do ano, R\$ 100 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador, para seus programas de microcrédito, mesmo com dois anos de prejuízos.

**PLENÁRIO** Participação do presidente em inaugurações no Nordeste foi classificada como “palanque eleitoral”

# Para oposição, Lula já faz campanha

A viagem que o presidente Lula fez a vários estados do Nordeste, antes do Carnaval, para participar de solenidades e inaugurações, foi duramente criticada por diversos senadores da oposição.

José Jorge (PFL-PE) acusou o presidente de fazer campanha eleitoral na viagem, citando como exemplo a ida de Lula a Pernambuco, onde “não havia nada para inaugurar”.

– Mas ele foi, percorreu cinco cidades em um dia, em autêntico ritmo de campanha. O que ele fez foi construir palanques com dinheiro público, e isso precisa parar – advertiu.

Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou a viagem que Lula fez à cidade de Parnaíba, no Piauí, para “conhecer o aeroporto internacional construído pelo governo Médici [nos anos 70] e inaugurado pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Veloso”.

– Em termos positivos nada aconteceu. Como ficam o porto de Parnaíba, a ligação ferroviária entre Luís Correia e Teresina, a recupera-

ção industrial? – indagou.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o estado é um cemitério de obras federais inacabadas, a exemplo da ponte sobre o rio Poti, do hospital universitário e da revitalização do centro histórico.

– A rigor, o governo federal não tem obra nova no Piauí. A única novidade anunciada foi a construção de um presídio de segurança máxima que seria inaugurado pelo traficante Fernandinho Beira-Mar – assinalou.

Para o senador José Agripino (PFL-RN), as viagens presidenciais não passam de uma “estratégia de marketing”.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que Lula não fez nada pela Bahia e nem pelo Nordeste, como tem afirmado em discursos.

– Lula declarou que em outra encarnação foi baiano. Quanto às obras que diz ter feito, agora está explicado: foram feitas em outra encarnação! – ironizou.

Já Sérgio Guerra (PSDB-PE) responsabilizou o Palácio do Planalto pelo não-comparecimento



Diversos senadores, como o pefelista José Jorge, criticaram Lula por “reinaugurar” obras e fazer campanha eleitoral fora do prazo

do governador pernambucano Jarbas Vasconcelos à solenidade de “reinauguração” do Aeroporto dos Guararapes, no Recife. Segundo Guerra, uma claque com integrantes de movimentos sociais ligados ao PT foi levada ao evento e o próprio cerimonial da Presidência alertou para a possibilidade de o governador ser vaiado. Arthur Virgílio (PSDB-AM) concordou com Guerra e disse que as viagens representam propaganda e “farra

com dinheiro público”.

## Petrobras está sendo usada, afirma Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o governo Lula de querer aproveitar-se do anúncio da auto-suficiência do Brasil em petróleo, feito pela Petrobras, para deflagrar campanha milionária de marketing eleitoral.

– O progresso da Petrobras foi alcançado ao longo de décadas, por vários governos, e também pela ca-

pacidade dos técnicos que fizeram a sua história – protestou.

Já Heloísa Helena (PSOL-AL) acusou o governo de estar usando o programa Bolsa-Família “para cooptar a população pobre”.

– Lula está crescendo nas pesquisas e ainda vai crescer mais, pois terá até junho para inaugurar obras e se apropriar da máquina pública, para fazer a velha demagogia eleitoral – disse Heloísa.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que o governo divulga estatísticas para formar uma imagem positiva do seu trabalho, “mas na realidade os pobres estão na fila, no meio de ratos, baratas e lixo”. Ela ainda criticou os investimentos do governo no programa Farmácia Popular, “anunciado como sendo uma verdadeira panacéia para resolver a questão dos altos preços dos medicamentos”.

– Se a intenção fosse realmente beneficiar a população mais carente, as verbas teriam sido destinadas à ampliação da produção e distribuição de medicamentos gratuitos pelo SUS – disse a senadora.

## Ideli registra pesquisa favorável a Lula

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) registrou em Plenário pesquisa divulgada pelo instituto Datafolha indicando que o presidente Lula venceria no primeiro e no segundo turnos da eleição deste ano.

Um dos dados que a senadora destacou foi a melhora na avaliação do governo entre os brasileiros que ganham mais de dez salários mínimos e têm mais tempo de estudo.

Ideli adiantou que Lula dirá até o fim do primeiro semestre se é candidato.

– Até lá, o presidente continuará trabalhando muito porque é o trabalho do governo que faz as pessoas mudarem suas opiniões – afirmou ela, destacando ainda o investimento do governo em biodiesel, que deverá promover inclusão social.

## Vantagem cairá na campanha, diz Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) reconheceu que a pesquisa Datafolha “bate” com os resultados de pesquisas para uso interno encomendadas pelo PSDB. O Datafolha mostrou que Lula teria 48%, num segundo turno das eleições, e o prefeito de São Paulo, José Serra, 43%.

– Não sei se Lula agüenta uma campanha com corrupção estourando todos os dias. Vamos ver se ele agüenta um segundo turno em igualdade de condições – frisou.

Virgílio também comentou o ressurgimento do ex-ministro José Dirceu como conselheiro de campanha.

– Bastou a situação melhorar um pouquinho e José Dirceu já põe a cabecinha para fora, como se não estivesse cassado por ser o chefe do mensalão – observou.

## “Lula e Serra deveriam retirar candidaturas”

Para Jefferson Péres (PDT-AM), os principais candidatos à Presidência – Lula (PT) e José Serra (PSDB) – estão impedidos de disputar o pleito. O motivo é que Lula “já deveria ter sido destituído” do governo por meio de um *impeachment* em razão, observou, dos vários escândalos que se sucedem. O tucano, “apesar de ser melhor preparado do que Lula”, estaria preso ao compromisso assumido com os eleitores de que não disputaria a Presidência caso ganhasse as eleições para a prefeitura em 2004, como ocorreu.

– Seria mais ético se os dois abrissem mão das candidaturas – aconselhou Jefferson Péres, ao deixar claro que, se isso ocorresse, também renunciaria à sua candidatura, pelo PDT.

## Heráclito prevê que denúncias vão pesar

Heráclito Fortes (PFL-PI) previu que não haverá “memória seletiva” na campanha para a Presidência neste ano. O senador garantiu que a oposição lembrará e exigirá apuração de fatos que o governo preferiria esquecer, como o episódio em que um assessor do PT foi pego com US\$ 100 mil escondidos na cueca.

– Cueca suja não honra governo que prega moralidade aqui e pratica sujeira acolá. Se o governo vai para a campanha eleitoral contando com memória seletiva, está muito enganado. Não basta só lembrar o que quer e esquecer o que não quer. Vamos ter que apurar as coisas como elas são – afirmou o senador, para quem o empresário Marcos Valério apenas foi usado como “laranja” no mensalão.

## Renan e Aldo incluem na pauta o fim da reeleição

O presidente Renan Calheiros afirmou, após reunião com o presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, que a proposta de emenda à Constituição (PEC) para acabar com a possibilidade de reeleição de presidente da República será prioridade na pauta do Congresso Nacional deste ano.

Na opinião de Renan, a proibição de reeleição de presidente da República é uma proposta que parece consensual. Ele esclareceu que a norma não valerá para as eleições de 2006, pois, pela legislação, as regras eleitorais não podem ser alteradas no ano que antecede o pleito.

– Se não há regras claras para a disputa eleitoral, se não foi aprovada a reforma partidária, se não há instrumentos para fiscalização das eleições, como conviver com reeleição no exercício do mandato? Só com o fim da reeleição

– defendeu ele.

A PEC que altera o rito de apreciação das medidas provisórias também será prioridade nessa pauta, informou o presidente do Senado. A proposta, de autoria de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), já foi aprovada pelo Plenário e será agora submetida à apreciação da Câmara.

Aldo Rebelo e Renan Calheiros conversaram sobre as formas de compatibilização das atividades legislativas das duas Casas com a campanha eleitoral. Renan informou que o Congresso terá uma agenda suprapartidária para votar o que for de interesse do país.

Indagado sobre se concordava em estender, em mais um ano, o mandato do presidente para que a proibição de reeleição vigorasse só para as eleições seguintes, Renan respondeu que a tese deve valer só para os próximos mandatos.



Sibá Machado

## PECs de Sibá unificam pleitos e proíbem reeleição

Sibá Machado (PT-AC) pediu o apoio dos senadores a duas propostas de emenda à Constituição (PECs) de sua autoria. A PEC 20/04 unifica as eleições em todo o território nacional e a PEC 41/03 acaba com a reeleição para os cargos do Executivo federal, estadual e municipal.

Sibá apresentou as duas PECs há mais de dois anos e disse esperar que sejam discutidas com a maior celeridade possível, agora que o assunto deverá ser incluído na pauta.

## Tebet: emenda da verticalização deve ser promulgada

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) reconheceu não haver tempo para a aprovação, pelo Congresso, de uma reforma política ampla, capaz de ser adotada nas eleições de 2006. No entanto, afirmou ser possível a adoção de outras medidas, começando pela promulgação da emenda constitucional que acaba com a prática da verticalização, aprovada durante a convocação extraordinária.

– Às vezes, é preciso ousar: conclamo o presidente Renan Calheiros a promulgar, de imediato, a emenda que derruba a verticalização. Se o Poder Judiciário considerá-la inconstitucional, paciência, mas a verdade é que a proposta teve apoio de grande maioria no Congresso e esse fato não pode ser menosprezado – argumentou Tebet.

## Maciel defende prioridade à reforma eleitoral

Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu que os parlamentares eleitos em outubro assumam como tarefa prioritária a realização de uma ampla reforma política que, além de modificar a legislação eleitoral, trate de questões referentes à Federação, aos três Poderes e ao funcionamento das instituições.

O senador comentou vários trechos do discurso do novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Gilmar Mendes, empossado no dia 21, que expôs os avanços da legislação e da Justiça Eleitoral. Maciel criticou o sistema utilizado no Brasil para as eleições parlamentares – votação proporcional de listas abertas. Para ele, o Brasil não terá partidos fortes enquanto o voto for “fulanizado”, isto é, concedido a uma pessoa e não a um conjunto de idéias.

**ELEIÇÕES** Com a decisão, partidos deverão repetir, nos estados, as coligações que fizeram em nível nacional

# TSE mantém verticalização este ano



Os ministros do TSE mantiveram na última sexta-feira a interpretação da legislação eleitoral que impede os partidos de fazerem, este ano, coligações nos estados diferentes daquelas estabelecidas na eleição para presidente da República. Nesse caso, os partidos só poderão fazer alianças distintas nos estados se não participarem de coligação para a Presidência.

A decisão é diferente do que determina a proposta de emenda à Constituição (PEC 548/02, na Câmara) que está pronta para ser promulgada. Pela proposta, os partidos terão liberdade para estabelecer as coligações que quiserem nos estados, mesmo que não sejam as mesmas estabelecidas na eleição nacional.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considera que a proposição aprovada pelo Congresso passa a valer já para as eleições deste ano. Mas os ministros do TSE já indicaram na decisão (tomada por 5 votos a 2) que, mesmo se tratando de emenda constitucional, uma mudança a

essa altura não pode valer para 2006. O senador esperava a decisão do TSE para promulgar a Emenda Constitucional 52. Qualquer que seja o entendimento, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve dar a última palavra sobre o assunto.

Os ministros do TSE levaram em conta o artigo 16 da Constituição – parte dos direitos e garantias fundamentais –, que determina que qualquer mudança no processo eleitoral não se aplica à eleição que ocorra em até um ano da data de sua publicação. A regra serve para que candidatos e eleitores conheçam as normas eleitorais com antecedência, evitando insegurança jurídica. O prazo de um ano para filiação partidária de um candidato às eleições de 2006 foi encerrado enquanto estava em vigência a verticalização.

## Adoção do princípio divide os partidos

O princípio da verticalização foi severamente criticado desde que o TSE, em fevereiro de 2002, entendeu que, apesar de terem autonomia, os partidos possuem, de acordo com a Constituição,



Os ministros do TSE decidem que mudanças devem ser feitas em até um ano antes do pleito

caráter nacional. Assim, foi considerado inconstitucional o dispositivo legal que assegurava aos diretórios estaduais e municipais dos partidos liberdade para estabelecerem as coligações que desejassem. A partir de então, ficou determinado que a decisão tomada pelo diretório nacional do partido de se coligar a outro interfere também no âmbito estadual. Ou seja, a decisão é

vertical, de cima para baixo. Daí o termo “verticalização”.

Parlamentares do PSDB e do PT apóiam a verticalização como forma de moralizar o processo eleitoral. Mas representantes de partidos como PMDB e PFL consideram que o princípio não leva em conta a realidade partidária e só deveria ser instituído depois de uma ampla reforma política.

Possíveis aliados nas eleições

de outubro, os líderes do PSDB e do PFL, senadores Arthur Virgílio (AM) e José Agripino (RN), divergem quando o assunto é verticalização. Enquanto Virgílio entende que, sem a regra, fica liberado “o casamento de jacaré com cobra d’água”, Agripino já manifestou que defende qualquer ação judicial para garantir o que determina a PEC aprovada pelo Congresso Nacional.

## Decisão conserva maioria das regras

Sem a aprovação em tempo hábil, pela Câmara, do projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que reduz tempo e custos das campanhas eleitorais (PL 275/05), as eleições deste ano terão regras muito parecidas com as de 2002, cujas falhas são apontadas como responsáveis por fraudes descobertas pelas CPIs em 2005.

Na semana passada, entre as poucas inovações que aprovou, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proibiu doações e gastos de campanha em “dinheiro vivo”, que só poderão ser feitos por cheque ou transferência bancária. Para isso, o candidato terá de se registrar no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Também foi confirmado que a Justiça Eleitoral poderá solicitar à Receita Federal informações sobre financiadores de campanhas. Porém, a prestação de contas de candidatos e partidos, inclusive com a identificação de gastos e doadores pela Internet, não vai ocorrer em 2006. O TSE entendeu que a competência para tanto é do Congresso.

Entre as novidades está ainda a inclusão, na propaganda gratuita no rádio e na TV, do uso da Linguagem Brasileira de Sinais e dos recursos de legenda *closed caption*, de acordo com a legislação para deficientes auditivos. Mas, ao contrário do PL 275/05, que previa duração de 35 dias para a propaganda no rádio e na TV, os programas eleitorais vão ao ar por 45 dias, de 15 de agosto a 28 de setembro.

## Propaganda eleitoral começa em 6 de julho

O TSE preferiu manter os prazos indicados pela Lei Eleitoral (9.504/97). Nesse caso, a propaganda será permitida a partir do dia 6 de julho (a proposta de Bornhausen estabelecia o dia 1º de agosto), e na mídia fica assegurada até o dia da eleição. Os carros de som poderão ser utilizados, das 8h às 22h, até a véspera do dia da eleição.

As sete resoluções adotadas pelo TSE versam ainda sobre procedimentos do processo eleitoral, como atos preparatórios, recepção de votos, garantias

eleitorais, modelos e uso dos lacres, representações e reclamações, apuração, totalização dos votos, divulgação dos resultados, fiscalização, auditoria, assinatura digital, justificativa, voto no exterior, condutas vedadas e pesquisa eleitoral.

As pesquisas eleitorais estão permitidas desde o dia 1º de janeiro e devem ser registradas no TSE ou nos tribunais regionais eleitorais até cinco dias antes de sua divulgação.

A divulgação de pesquisa sem registro será multada e pesquisas fraudulentas podem levar a detenção de seis meses e multa. As pesquisas poderão ser divulgadas, inclusive no dia da eleição, após o fim da votação.

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) elogiou o TSE pelo “comportamento justo e correto”. Para ele, a Justiça Eleitoral coíbe abusos de campanha com intensidade, o que é comprovado pelo número de eleitos que perderam mandatos recentemente. (Com Assessoria de Comunicação do TSE.)

## Lavagem de dinheiro pode resultar em inelegibilidade

As propostas integrantes do pacote de medidas apresentadas no fim de 2005 pelo então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para ampliar as garantias de lisura nas eleições e de legitimidade dos políticos eleitos, começaram a ser votadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

A comissão aprovou relatório do senador José Jorge (PFL-PE) favorável ao projeto que altera a Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90), ampliando a lista de crimes que poderão resultar em

inelegibilidade, incluindo lavagem de dinheiro, improbidade administrativa dolosa, crimes contra a ordem tributária ou crimes cuja pena máxima for superior a dez anos.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) criticou a atual legislação, por permitir que criminosos perigosos, presos por tráfico de drogas ou homicídio, mas cujos processos ainda não tenham transitado em julgado, concorram a cargos eletivos.

Em outra inovação, o projeto (PLS 390/05) determina que candidatos que tiverem contra si representação julgada por todas as instâncias da Justiça Eleitoral fiquem inelegíveis para qualquer cargo. Pela legislação em vigor, nos casos de indefe-

rimento nos órgãos eleitorais ainda cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF). A matéria segue para o Plenário.

## Maior rigidez na prestação de contas

Antes de o TSE estabelecer as normas para as eleições de 2006 na semana passada (*veja matéria ao lado*), a CCJ do Senado se antecipou e aprovou, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 391/05) que determina que o julgamento das contas dos candidatos eleitos deve ocorrer antes da diplomação, evitando que o eleito tome posse sob suspeição.

Pela proposta, que, assim como a anterior, é substituída por Renan e todos os líderes partidários, a Justiça Eleitoral também poderá abrir investigações de contas a qualquer momento por provocação do Ministério Público, de partido político ou do próprio candidato, inclusive os derrotados nas eleições.

A proposta altera a Lei Eleitoral estabelecendo ainda que a rejeição de contas por conduta dolosa impede a diplomação ou implica a perda do mandato eletivo.

Relator também desse projeto, José Jorge acolheu emenda de Gerson Camata (PMDB-ES) que garante às emissoras de rádio e TV o direito de compensação fiscal pela veiculação de propaganda gratuita de plebiscitos e referendos.

## Como fica o horário eleitoral gratuito no rádio e na TV no primeiro turno

De 15 de agosto a 28 de setembro

Cargo	Tempo	Divisão do tempo
Presidente da República	25 minutos	Um terço dividido igualmente entre todos os partidos e dois terços proporcionalmente ao número de deputados federais do partido ou da coligação
Governador	20 minutos	
Senador	10 minutos	
Deputado federal	25 minutos	
Deputado estadual	20 minutos	

Fonte: Assessoria de Comunicação do TSE

Exemplo: a propaganda gratuita para presidente da República será às terças, quintas e sábados das 7h às 7h25 e das 12h às 12h25, no rádio, e das 13h às 13h25 e das 20h30 às 20h55, na televisão.

Obs.: Além do programa, todos os dias, das 8h às 24h, 30 minutos da programação das emissoras serão destinados a inserções de 15 a 60 segundos, a critério do partido.

## PLENÁRIO

# Senadores querem ajuda para o campo

Ao alertar para a crise enfrentada pelo agronegócio brasileiro, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu aos agricultores que não desanimem e continuem produzindo em benefício do país. Ele afirmou que o governo federal não pode ficar alheio ao agronegócio, que, informou, é responsável por 37% dos empregos gerados no país, 42% das exportações e 34% do produto interno bruto (PIB).

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) manifestou inconformismo com o anúncio de que o presidente Lula irá vetar o projeto aprovado pelo Congresso que trata da renegociação das dívidas dos agricultores do Nordeste (PLC 142/05). O senador se disse indignado com a situação dos agricultores da região do médio São Francisco, na Bahia, que visitou juntamente com o governador Paulo Souto.

Segundo Tourinho, os agricultores estão desesperados com a possibilidade de verem suas propriedades tomadas pelos bancos.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) apontou a incoerência do governo Lula e indagou se ele pretende realizar a reforma agrária, uma vez que não investe “naqueles que estão produzindo”.

Ramez Tebet (PMDB-MS) também fez duras críticas ao governo pela intenção de vetar o projeto de renegociação das dívidas de produtores nordestinos. Para ele, a política econômica é prejudicial ao campo.

Tebet foi apoiado pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Edison Lobão (PFL-MA) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Dias informou que mesmo no noroeste de seu estado, onde estão localizadas as terras mais férteis do país, os produtores estão abandonando o plantio por causa das dívidas e da falta de recursos para investir.

Mão Santa (PMDB-PI) conclamou os senadores a derrubar o



Governo federal não pode ficar alheio ao agronegócio, avalia Jonas Pinheiro

veto anunciado pelo presidente Lula. Para ele, “falta sensibilidade ao governo no tratamento dirigido aos pequenos produtores rurais e ao problema do campo”.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) incitou os senadores a solicitar ao presidente Lula a edição de uma medida provisória sobre a renegociação das dívidas dos agricultores do semi-árido nordestino.

## Tião Viana defende atuação da ministra Marina Silva

O senador Tião Viana (PT-AC) leu da tribuna nota distribuída pelo Ministério do Meio Ambiente em resposta a críticas da revista *Veja* sobre o trabalho do governo na área. Na nota, o ministério informa todas as ações que vem realizando para combater a grilagem e o desmatamento ilegal na Amazônia. Diz que a Polícia Federal já realizou nove operações na região nos últimos anos e que o desmatamento no estado do Pará caiu 31% de 2004 a 2005.

– A ministra Marina Silva é um exemplo de vida pública – sustentou Tião Viana, para quem a revista não foi justa com a ministra.

As senadoras Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Heloísa Helena (PSOL-AL) e o senador Romero Jucá (PMDB-RR) prestaram solidariedade à ministra, senadora licenciada. Heloísa ponderou que aprendeu na política a não pôr “a

mão no fogo” por todo mundo.

– No caso da ministra Marina, ponho a mão no fogo. Mas só por ela – disse.

Na presidência da sessão, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) também manifestou apoio à ministra.

Ao registrar a sanção do projeto de lei (PLC 4.776/05) que regulamenta a gestão de florestas públicas, cria o Serviço Florestal Brasileiro e institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, o senador Sibá Machado (PT-AC) informou que 15 milhões de hectares de terra poderão ser trabalhados de forma sustentável já a partir do próximo ano.

– Falavam que estaríamos escancarando a floresta para que ela pudesse ser usada indevidamente. É justamente o oposto: as empresas passarão por licitação, terão que ser certificadas e com endereço certo – afirmou Sibá Machado.

## Lúcia Vânia critica atual modelo do Orçamento

A fragilidade da peça orçamentária, que tramita todos os anos no Congresso, foi apontada pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Ela ressaltou que o próprio Plano Plurianual está a reboque do Orçamento, e homenageou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), por entender que o projeto apresentado por ele instituindo o orçamento impositivo é uma importante contribuição.

### Motta: sistema tributário favorece desigualdade

João Batista Motta (PSDB-ES) criticou o sistema tributário nacional, que, segundo ele, favorece as desigualdades regionais e sociais.

O parlamentar avalia que o inchaço das grandes cidades e o aumento do consumo de drogas também teriam como fundamento a injustiça tributária, que atravanca o desenvolvimento do país, com conseqüências na renda da população.

A senadora comentou o recente aviso feito pelo relator do Orçamento da União para 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), de que o governo irá bloquear de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões das despesas orçamentárias que ainda nem foram aprovadas pelo Congresso, dizendo que “o presidente Lula e sua equipe econômica estão tentando, mais uma vez, fazer este Congresso de bobo”.

### César Borges pede “correção de rumo” no setor elétrico

César Borges (PFL-BA) defendeu a correção de rumo do setor elétrico, advertindo que os efeitos danosos da política atual para o setor serão sentidos na próxima administração, “quando não haverá tempo hábil para reverter os equívocos”.

O senador afirmou que os últimos leilões de energia mostram que o novo modelo energético é um grande fracasso e não vem conseguindo gerar energia nova para o país.

**DENÚNCIAS** - A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou da tribuna que as notícias envolvendo seu nome em denúncias de irregularidade nas licenças de desmatamento do Pará são resultado de sua luta contra a grilagem de terras públicas. Sustentou que as denúncias se mostraram falsas, mas ela continua sendo vítima de “calúnias em órgãos da imprensa”.

**GASODUTO** - A anunciada interligação da Venezuela, do Brasil e da Argentina por um só gasoduto é encarada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) como um procedimento que não atende à logística nem à geopolítica. Para ele, o novo gasoduto – que tem custo estimado entre US\$ 17 bilhões e US\$ 25 bilhões – ampliará a dependência brasileira com relação ao gás, sem salvaguardas políticas adequadas.

### Pesquisador diz por que mínimo pode subir

Para o pesquisador Guilherme Costa Delgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é possível elevar o salário mínimo sem que se aumentem a carga tributária e a dívida pública – ao contrário do que afirmam outros economistas. Um dos principais fatores é que metade da População Economicamente Ativa (PEA), ressaltou ele, ainda está na informalidade. Se fosse incorporada ao mercado de trabalho formal, aumentaria a arrecadação previdenciária. O pesquisador fez essas declarações durante reunião promovida no dia 21 de fevereiro pela comissão mista do Congresso que discute uma política de reajustes para o salário mínimo.

### Senadores elogiam modelo do censo previdenciário

Ao contrário do que ocorreu em 2003, quando o então ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, determinou a realização de um censo previdenciário que suspendeu o pagamento dos benefícios de 100 mil idosos, os senadores que participaram, no dia 22 de fevereiro, da audiência com o atual ministro, Nelson Machado, na Subcomissão do Idoso, foram unânimes em elogiar o modelo vigente. Atualmente, os beneficiários têm 120 dias para comparecer às agências bancárias onde recebem os benefícios e entregar o formulário preenchido junto com o CPF, um comprovante de residência e um documento de identidade original e com foto.

## Cristovam lamenta absorção do Bolsa-Escola pelo Bolsa-Família

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou a concentração dos programas sociais do governo no Bolsa-Família, o que teria descaracterizado a finalidade educacional do antigo Bolsa-Escola. O fim do Bolsa-Escola como programa específico, vinculado à frequência escolar, na opinião do senador, foi um retrocesso, apesar do aumento de famílias beneficiadas.



Cristovam Buarque

– Eu não digo que o Bolsa-Família seja ruim, mas não emancipa. A emancipação vem da escola – afirmou.

A “mistura de programas” teria gerado, além disso, perda de nitidez, com vies eleitoral, “para não dizer eleitoreiro”.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) concordou com a avaliação, dizendo que o Bolsa-Família desvirtuou o propósito do Bolsa-Escola.

**ESCOLA** - Paulo Paim (PT-RS) anunciou a criação de mais uma escola técnica no município de Canoas, no Rio Grande do Sul, que atenderá a toda a região metropolitana de Porto Alegre. De acordo com o parlamentar gaúcho, ainda este ano serão instaladas escolas técnicas em Charqueadas e Passo Fundo e, até o final de 2007, mais uma na cidade de Júlio de Castilhos.

**EDUCAÇÃO** - Tião Viana (PT-AC) comemorou em Plenário os resultados positivos do Projeto Poronga, parceria entre a Fundação Roberto Marinho e o governo do Acre, desde 2001, para a expansão do ensino na Amazônia Ocidental. Segundo o jornal *O Globo*, disse o senador, o projeto levou a um aumento de mais de 200% no número de estudantes matriculados no ensino médio na faixa etária correta para esse nível.

**VESTIBULAR** - Sibá Machado (PT-AC) propôs o fim do vestibular. Para ele, há outras formas mais democráticas de ingresso na universidade. – O vestibular é uma tortura psicológica, não mede o saber e não é a melhor forma de promover a igualdade entre pobres e ricos – afirmou Sibá, no que foi apoiado pelo senador Magno Malta (PL-ES).

**ALFABETIZAÇÃO** - Demostenes Torres (PFL-GO) criticou experiências que estão sendo feitas no Brasil com a utilização de método de alfabetização desenvolvido em Cuba. O senador duvida dos resultados da metodologia, que promete alfabetizar o aluno em 35 dias e considera uma temeridade a aplicação da mesma política no Brasil, iniciada por três municípios do Piauí, dentro do programa Brasil Alfabetizado.

## PLENÁRIO

## Garibaldi pede aeroporto de cargas no Rio Grande do Norte

Em apelo pela construção de um aeroporto de cargas na região de Natal, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) destacou que é preciso aproveitar a vantagem geográfica de ser aquele o ponto de maior proximidade do Brasil com a Europa. O novo terminal, acrescentou, poderia ser acompanhado de uma zona de livre comércio e serviços, com indústrias e empresas que possam se beneficiar de incentivos fiscais.

– Esse complexo representaria a redenção econômica do Rio Grande do Norte e também uma compensação por termos perdido a nova refinaria da Petrobras para Pernambuco, estado que ganhou ainda um novo aeroporto, recém-inaugurado pelo presidente Lula – ponderou Garibaldi, informando que as obras de terraplenagem para a construção do aeroporto foram concluídas no ano passado.

## Azeredo anuncia mais recursos para municípios de MG

Dos 853 municípios mineiros, 568 foram credenciados a receber mais recursos provenientes do ICMS, anunciou o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Ele informou que as cidades, por apresentarem documentação demonstrando o esforço na preservação do patrimônio histórico, foram beneficiadas pelo chamado ICMS Cultural. Aplicada a partir de 1996 (quando Azeredo era governador de Minas Gerais), a Lei de Distribuição do ICMS destina um quarto da arrecadação do tributo entre os municípios que praticam políticas públicas nas áreas de educação, saúde, ecologia, alimentação e preservação cultural e histórica.

## Pavan cobra atenção para setor moveleiro de SC

Manifestação de 500 trabalhadores das indústrias de móveis da região do Planalto Norte de Santa Catarina, para chamar a atenção dos governos federal e estadual para os problemas enfrentados pelo setor, foi registrada pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Ele informou que os manifestantes fecharam a BR-280 para evidenciar a crise que o segmento moveleiro do estado enfrenta desde o ano passado. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), o setor apresentou queda, em janeiro deste ano, de 24,5% nas exportações, ocasionada principalmente pela desvalorização do dólar.

## Raupp celebra aprovação de zoneamento para Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou a aprovação, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), do projeto de Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia, que deve melhorar o aproveitamento do território e orientar as políticas públicas no estado.

O projeto de zoneamento, implantado no estado a partir de 1995, permite a coleta de informações sobre o território, propiciando o planejamento de sua ocupação. Com tais informações torna-se possível detectar as potencialidades e as fragilidades regionais, o que ajuda a orientar as decisões políticas.

– Esse projeto trará muitos benefícios para a população de Rondônia e servirá como modelo para outros estados – disse o senador, que parabenizou os técnicos que ajudaram na realização do projeto e agradeceu aos parlamentares que trabalharam pela sua aprovação.

## Lando vê prejuízo com atrasos nos gasodutos

Amir Lando (PMDB-RO) alertou para os prejuízos causados aos cofres públicos pelo que chamou de “atrasos injustificáveis” nas obras de gasodutos na Amazônia. Citando matéria do jornal *Gazeta Mercantil*, o parlamentar referiu-se aos gasodutos Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus. O senador ressaltou que, enquanto o governo age com lentidão, os brasileiros pagam R\$ 4,5 bilhões por ano (valor de 2005) com a Conta Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), abastecida desde 1993 com recursos recolhidos mensalmente nas contas de luz pelas distribuidoras de energia elétrica.

## Suplicy sugere debate com membros do Copom

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou a expectativa de que nesta terça-feira o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, vá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em companhia dos nove diretores do BC que integram o Comitê de Política Monetária (Copom), para esclarecer detalhes sobre as reuniões que definem mensalmente a taxa de juros do país. Suplicy foi designado pelo presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), de agendar o encontro com o presidente do Banco Central. O Copom começa a discutir na própria terça-feira a nova taxa básica de juros.



Tião Viana garantiu que governo do estado agiu de maneira “pronta, mas serena”



Mesquita Júnior apelou ao governo federal pelo envio de ajuda emergencial ao estado

# Solidariedade a vítimas de cheias no Acre

O senador Tião Viana (PT-AC) comunicou ao Plenário as providências adotadas pelo governo do Acre para socorrer os desabrigados da enchente que atingiram mais de 30 mil pessoas em Rio Branco. Segundo Viana, o governo agiu de maneira “pronta, mas serena”, de modo a diminuir os efeitos das chuvas.

O senador ressaltou que a defesa civil hoje, no Brasil, tem condições de atender com presteza as populações em áreas de calamidade, tanto no que diz respeito à distribuição de cestas básicas quanto a remédios e construção de casas.

Ele disse que já conversou com diversos governadores e os orientou a dar ciência aos prefeitos da nova situação da defesa civil.

Tião Viana recebeu a solidariedade dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Ramez Tebet (PMDB-MS), Sibá Machado (PT-AC), Mão Santa (PMDB-PI), Garibaldi Alves (PMDB-RN) e

Eduardo Suplicy (PT-SP).

Ao informar que milhares de pessoas no Acre viveram uma situação dramática em virtude das fortes chuvas que desabaram no estado, o senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) apelou ao governo federal para que não negue a ajuda emergencial que foi pedida pelo governo do estado e pelas prefeituras.

### Ajuda material para amenizar o drama

Além de solidariedade, afirmou o senador Geraldo Mesquita, a população do Acre está necessitando de ajuda material para que a situação dramática não se agrave ainda mais.

– Essa foi uma das vezes em que voltei do estado com o coração mais apertado de tristeza, por presenciar o sofrimento de milhares de pessoas, principalmente em Rio Branco, que foram desalojadas pelas águas. As populações ribeirinhas foram maltratadas por uma das

maiores enchentes que o estado do Acre já viveu – afirmou o senador.

Geraldo Mesquita Júnior também defendeu a legitimidade da greve dos procuradores da Fazenda Nacional, iniciada no dia 13 deste mês. O parlamentar ressaltou que a categoria está apenas reivindicando tratamento compatível com suas funções. Os procuradores querem remuneração idêntica à da magistratura e do Ministério Público. Segundo Mesquita Júnior, o salário de um procurador da Fazenda Nacional hoje é pouco superior a um terço dos valores recebidos por um juiz federal ou um procurador da República.

– Sou, com muito orgulho, integrante da carreira dos procuradores da Fazenda Nacional desde 1993. Posso, como já fiz em outras ocasiões, testemunhar a importância estratégica dos procuradores da Fazenda para o Estado e para a sociedade brasileira – assinalou.

## Papaléo quer modernizar saneamento no Amapá

A Companhia de Águas e Esgotos do Amapá (Caesa) não tem conseguido prestar adequadamente o serviço de saneamento no estado e precisa ser submetida a um processo de modernização, disse o senador Papaléo Paes (PSDB-AP). Ele informou que apenas 54,4% dos domicílios no Amapá têm abastecimento de água, enquanto apenas 5,6% contam com esgotamento sanitário.

– As doenças transmitidas pela água estão entre as causas mais importantes de mortalidade em todo o mundo, atingindo principalmente a população menos favorecida – sustentou o senador, acrescentando que todos os levantamentos estatísticos demonstram a eficácia dos investimentos em saneamento básico para a melhoria dos indicadores de saúde.

O representante do Amapá explicou que parte das dificuldades da Caesa para estender o saneamento básico a todos os domicílios do estado se deve às perdas de faturamento da empresa, uma vez que as tarifas cobradas dos consumidores seriam menores do que os custos dos serviços.

Para resolver o problema, Papaléo Paes pediu apoio a projeto de lei do Senado (PLS 155/05) apresentado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) que estabelece diretrizes para o saneamento básico em todo o país. Além disso, ele cobrou mais investimentos no setor por parte dos governos federal e estaduais.

Em aparte, Gilvam Borges (PMDB-AP) disse concordar com as ponderações de Papaléo Paes, afirmando que a Caesa está em situação falimentar.

## Gilvam anuncia obras de ponte sobre o Oiapoque

Até meados de março, anunciou o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) deve liberar a primeira parcela dos recursos destinados à construção da ponte binacional no rio Oiapoque, ligando o Brasil à Guiana Francesa. Gilvam Borges lembrou que o acordo entre os dois países demandou grande esforço do então presidente José Sarney, foi celebrado há cinco anos em Paris pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac, da França, e teve seqüência no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– A ponte é estratégica e deve incentivar o turismo na Amazônia – disse o parlamentar, informando que, em média, 2 milhões de turistas visitam a Amazônia a cada ano e que seu potencial turístico “é gigantesco”.

Gilvam afirmou que a bancada do Amapá estará atenta às obras de construção da ponte e anunciou sua visita ao local, juntamente com o ministro das Cidades, Márcio Fortes, antes do Carnaval.

O senador defendeu a realização de obras de infra-estrutura, necessárias para o desenvolvimento da região, e registrou o avanço da construção da BR-156, que liga a capital, Macapá, ao município de Oiapoque.

De acordo com o parlamentar, o povo amapaense está ansioso à espera de atenção do governo federal.

## PLENÁRIO

## Senadores pedem adesão à Campanha da Fraternidade

A Campanha da Fraternidade de 2006, que vai até a Páscoa, foi lembrada pelos senadores. O tema é “fraternidade e pessoas com deficiência” e o lema, “levanta-te, vem para o meio”. Flávio Arns (PT-PR) convocou os parlamentares e a sociedade a aderirem à luta pela inclusão social das pessoas com deficiência. Os senadores José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembraram as declarações do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Odilo Scherer, feitas no início da campanha. Virgílio acusou o governo Lula de não aceitar as críticas sobre a insuficiência de investimentos na área social, o excesso de lucros dos bancos e as “chagas sociais do governo” expostas pelas CPIs. Agripino disse que o recado de dom Odilo é que o país está estagnado. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) salientou os avanços do governo na área social com o programa Bolsa-Família.

## Heloísa Helena quer mínimo de R\$ 570 a partir de 1º de abril

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que a promessa de campanha do presidente Lula, de dobrar o poder de compra do salário mínimo, só seria cumprida se o valor fosse reajustado para R\$ 570 a partir de 1º de abril. Para ela, isso seria possível se o superávit primário sobre o orçamento da Seguridade Social fosse menor. Ela calcula que os R\$ 350 propostos pelo governo “só dão para uma família de quatro pessoas consumir quatro cafezinhos e três pães por refeição”, e rejeita o argumento de que um reajuste maior quebraria as prefeituras e a Previdência. Para ela, apenas 2% das prefeituras enfrentariam problemas, solucionáveis com aumento de 0,4% nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

# Rio terá ação conjunta contra criminalidade

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) anunciou que o governo aplicará, este ano, R\$ 270 milhões, e destacará 10 mil policiais federais para combater a criminalidade no Rio de Janeiro, em ação conjunta com os governos estadual e municipal. Segundo Saturnino, os recursos serão liberados assim que o Orçamento da União for aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e os policiais federais vão se somar aos estaduais no combate ao crime organizado no Rio.

– Costurou-se uma parceria que espero dar certo – disse.

O senador informou que está prevista a criação de “brigadas socorristas”, com a arregimentação de jovens, e que haverá a participação da comunidade, particularmente dos moradores das favelas da Rocinha e do Vidigal, mais atingidos pelo banditismo.

A ação, informou o senador,



Saturnino comemora início da colaboração entre governos federal e estadual, que não começou antes por desentendimentos

começará durante a realização dos Jogos Pan-Americanos e terá continuidade.

– O governo federal não está desatento a essa questão, que se destaca no Rio de Janeiro, mas que existe nas grandes cidades – afirmou.

De acordo com Saturnino, a participação do governo federal não ocorreu antes por conta de

desentendimentos com o governo estadual.

– A culpa maior pelos desentendimentos é do governo do estado, que vive criando dificuldades, como na questão da Petrobras e da refinaria em Itaguaí. Mas, com a proximidade dos Jogos Pan-Americanos, o governo estadual resolveu aceitar a colaboração do federal – disse.

## Malta cobra novas medidas antitráfico

Magno Malta (PL-ES) defendeu a adoção de medidas duras e a aprovação de uma legislação de exceção com validade de dez anos para combater o tráfico de drogas no Brasil. O senador propôs, por exemplo, a flexibilização da lei para a criação de pelotões de enfrentamento ao narcotráfico dentro da estrutura da Marinha, Exército e Aeronáutica. Os militares atuariam, em conjunto com a Polícia Federal, no patrulhamento das fronteiras do país.

– A Argentina, que tem 32 milhões de pessoas, possui um efetivo de 48 mil policiais federais, enquanto que o Brasil, com 183 milhões de habitantes, tem apenas 7 mil, sendo que metade atua em gabinetes. A Polícia Federal é obrigada a fazer milagre para tomar conta de um país como o nosso. Se as Forças Armadas têm pelotões de infantaria, de aviadores, de para-quedistas, de tudo, por que não criar unidades de enfrentamento ao tráfico de dro-

gas? – sugeriu Magno Malta.

Além de propor que militares sejam destacados para as fronteiras, o senador pediu a contratação de mais policiais federais. Outra sugestão apresentada pelo senador capixaba foi a criação de um mecanismo tecnológico que consiga identificar quais veículos estão transportando drogas escondidas em suas cargas. Esse aparelho seria utilizado no momento em que os caminhões passam por pesagem nos postos fiscais.

## Brasil não tem êxito no combate à pobreza, diz Demostenes

Demostenes Torres (PFL-GO) comentou o estudo “Redução da pobreza e crescimento: círculos virtuosos e viciosos”, do Banco Mundial, que aponta que a miséria na América Latina está ligada à inépcia dos governos no combate ao alto nível de corrupção e nos investimentos em infra-estrutura.

– De acordo com o relatório, o círculo vicioso opera a seguinte equação: o baixo crescimento conduz a um alto índice de pobreza, que por sua vez resulta em baixo crescimento – relatou.

Demostenes disse que o es-

tudo considera que políticas de transferência de renda devem ser acompanhadas de um bom sistema educacional e de investimentos em infra-estrutura. Nesta perspectiva, para o senador, o Bolsa-Família não tem o poder de reduzir a miséria, pois muitos beneficiários continuam sem água tratada, esgoto e energia elétrica.

Demostenes também comentou estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) sobre o cumprimento das metas para o Milênio de redução da pobreza à metade até 2015.



Demostenes: estudos de órgãos internacionais indicam que país não consegue reduzir miséria

O estudo revela que 7% das cidades brasileiras já conseguiram cumprir as metas, mas a pobreza aumentou em 438 cidades, 7,9% do total existente em 2000.

## Parlamentares elogiam a continuidade do vale-transporte

Vários senadores aplaudiram o governo por ter revogado, com uma medida provisória (MP 283), outra medida lançada recentemente (MP 280) que incorporava o vale-transporte ao salário dos trabalhadores. José Sarney (PMDB-AP) – que assinou, como presidente, há 20 anos, a legislação do vale-transporte – sustentou que o benefício pôs fim “à revolta popular” contra os aumentos de passagens. Romeu Tuma (PFL-SP) disse que, antes do vale, muitos trabalhadores faltavam ao serviço no final do mês por falta de dinheiro para a passagem. Paulo Paim (PT-RS) avalia que o pagamento em dinheiro poderia acarretar prejuízos ao trabalhador no pagamento do Imposto de Renda. Também manifestaram satisfação com a nova MP os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Romero Jucá (PMDB-RR).

## Suplicy aplaude decisão do STF que põe fim ao nepotismo

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de conceder liminar pedida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) foi elogiada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A decisão obriga tribunais a exonerarem familiares de juizes nomeados sem concurso para cargos no Judiciário, confirmando resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Agora, Suplicy espera que o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, cumpra a promessa de colocar em votação projeto que acaba com o nepotismo nos três Poderes. Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) advertiu os integrantes do CNJ para as denúncias de nepotismo contra o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Bahia, Carlos Alberto Dutra Cintra, que manteria servidores de outros órgãos à sua disposição.

**APOSENTADORIA** - Com a proximidade do Dia Internacional da Mulher, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu a aprovação do projeto de lei (PLS 149/01), do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que beneficia as mulheres policiais na aposentadoria. Ela saudou ainda o lançamento do Programa de Extensão da Indústria Exportadora, que irá beneficiar madeireiras do setor moveleiro de Mato Grosso.

**HOMENAGEM** - Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a eficiência dos 93 mil subordinados da Polícia Militar de São Paulo, sob o comando do coronel Elizeu Eclair Borges, por sua dedicação à população em incêndios e enchentes. Suplicy acrescentou que a PM paulista atende cerca de 93 milhões de chamados por ano, registrando redução de 20% nos casos de latrocínios em 2005.

**FOLHA DE S. PAULO** - Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu e o Plenário aprovou voto de aplauso pelos 85 anos do “combativo e coerente” jornal *Folha de S. Paulo*. Para Romeu Tuma (PFL-SP), o jornal “mantém a população bem-informada”. Mão Santa (PMDB-PI) e Alvaro Dias (PSDB-PR) destacaram a busca da verdade pela publicação. Ramez Tebet (PMDB-MS) registrou que a *Folha* tem grande aceitação e credibilidade.

**MONTE CASTELO** - O 61º aniversário da tomada do Monte Castelo pela Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial foi lembrado por Romeu Tuma (PFL-SP). Na Itália, do total de 25.334 soldados, 443 morreram, 1.145 foram feridos, 35 capturados e 23 desapareceram. Tuma saudou Aloysio Campos da Paz e Lúcia Willadino Braga pelo lançamento de livro em Londres sobre a experiência do Hospital Sarah Kubitschek.

## PLENÁRIO

## PDT pede um "xerife" na prevenção da gripe aviária

Em nome do líder do seu partido, Osmar Dias (PR), o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs que o governo nomeie "uma espécie de xerife" para coordenar as ações de prevenção à gripe aviária, por considerar que os ministérios da Saúde e da Agricultura e a Receita Federal disputam a primazia dessa função.

Cristovam alertou para o fato de que a contaminação tem se dado de ave para ave. Mas

o vírus, disse, poderá sofrer mutação em algum momento e passar a ser transmitido de pessoa para pessoa.

– Daí a necessidade de que sejam tomadas as providências, o quanto antes, para que o Brasil não venha a ser surpreendido pelo H5N1 – alertou.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) citou artigo de um dos seus filhos, que é médico, afirmando que o H5N1 poderia alcançar o Brasil.

## Serys denuncia Bayer pela venda de fungicida ineficaz

Agricultores de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul recorreram à Justiça para se ressarcir de prejuízos que teriam sido causados pela utilização de um agrotóxico ineficaz da multinacional Bayer CropScience, informou Serys Shessarenko (PT-MT). Incentivados pela propaganda da empresa, os produtores usaram, na safra 2003/2004, o fungicida Stratego 250EC para proteger

suas plantações de soja da ferrugem asiática. O produto não teria dado o resultado esperado e os prejuízos no Brasil, por causa da doença, superaram R\$ 2 bilhões, segundo a senadora.

– Foi um grande ato de irresponsabilidade da Bayer. Eles acreditaram na propaganda de que 'se é Bayer é bom' e serviram de cobaias na utilização do Stratego. O pior é que estão arcando sozinhos com o prejuízo – ressaltou.

## Zambiasi defende acesso ao planejamento familiar

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu que o Legislativo analise em profundidade a questão do planejamento familiar no Brasil, a fim de que todas as pessoas tenham acesso a métodos contraceptivos e se encerre uma rotina em que a interdição ao aborto só vale para as mulheres pobres. Segundo o senador, os métodos de contracepção não estão disponíveis em todos os serviços públicos de saúde e as mulheres sem renda correm mais risco de engravidar e assumir sozinhas os filhos.

Referindo-se a pesquisa que embasou tese de doutorado denominada "Paternidade e deserção – crianças sem reconhecimento, maternidades penalizadas pelo sexismo", da socióloga gaúcha Ana Liési, Zambiasi afirmou que esse



**Os métodos contraceptivos não estão disponíveis a todos os brasileiros, afirma Zambiasi**

assunto reflete um dos mais complexos dramas sociais do país e prejudica a cidadania.

Conforme o parlamentar, o Estado deve realizar campanhas de conscientização, a fim de que o planejamento familiar integre as decisões das pessoas.

## Paim quer aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência

Paulo Paim (PT-RS) destacou as conquistas obtidas e as dificuldades enfrentadas pelas pessoas portadoras de necessidades especiais. O senador alertou para a necessidade de aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

– Tragam o tema para o debate com a sociedade. Façam com que cada vez mais e mais deficientes possam ingressar na universidade, prestar um concurso público e tenham a oportunidade de demonstrar a sua capacidade para o trabalho e a vida – afirmou.

Paim destacou ainda as atividades de dois deficientes

visuais que são seus assessores e que vêm obtendo conquistas graças a direitos assegurados às pessoas com necessidades especiais. Luciano Ambrósio foi aprovado no vestibular da Universidade de Brasília e Santos Fagundes, o outro assessor, desenvolve no Rio Grande do Sul o projeto "Cantando as diferenças", voltado à inclusão política das pessoas com necessidades especiais.

– Este projeto, do qual tenho orgulho de ter participado, desenvolve mudanças no modo de se enxergar as diferenças de gênero, raça, idade ou condição física – explicou Paim.

# Sarney celebra os 20 anos do Plano Cruzado

Ao registrar o 20º aniversário de implantação do Plano Cruzado, no último dia 28, o senador José Sarney (PMDB-AP) – que, como presidente da República, foi responsável pelo plano – atribuiu à falta de respaldo político os problemas enfrentados pelo Cruzado. Mesmo assim, ele opinou que o plano foi uma das mais corajosas medidas adotadas em benefício do povo brasileiro, sobretudo dos mais pobres.

Sarney – que presidiu o Brasil de 1985 a 1990 – lembrou das adversidades ao assumir o cargo: o país tinha uma dívida externa impagável, vivia sob os efeitos de uma crise do petróleo e sofria a perspectiva de uma hiperinflação. Por ter chegado ao cargo em virtude da morte de Tancredo

Neves, ressaltou, não tinha legitimidade política nem um partido político para apoiá-lo, e nem sequer tinha participado da elaboração do programa de governo ou escolhido seus ministros.

Foi nessas circunstâncias, afirmou, que nasceu o Plano Cruzado. Sarney recordou que, para evitar fórmulas que levariam à recessão e ao desemprego, ele autorizou o ministro João Sayad a elaborar um plano heterodoxo, nos moldes das experiências implantadas em Israel.

Graças ao Cruzado, enumerou Sarney, o país experimentou



**Sarney lembrou dificuldades e conquistas no período em que presidiu o Brasil**

números favoráveis até hoje não vivenciados novamente, como os menores índices de pobreza e de desemprego, os melhores saldos na balança comercial e os maiores crescimentos no PIB.

## Agripino cobra apoio aos irmãos Daniel

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), mostrou-se indignado com o que qualificou de passividade do presidente Lula diante da saída às pressas do país de familiares de Celso Daniel, prefeito petista de Santo André (SP) assassinado em 2002. Os irmãos Daniel que, segundo o senador, estão indo para o exterior, foram ameaçados de morte depois de sucessivas denúncias de que o ex-prefeito havia sido assassinado por motivos políticos, após haver descoberto esquema

de corrupção na prefeitura.

– A saída do país de Bruno e João Francisco por ameaça de morte é um fato gravíssimo, piorado ainda mais pela falta de manifestação do presidente da República, que está literalmente calado – protestou Agripino. Mas, apesar da "passividade" do presidente Lula diante dos fatos, o senador acredita que a CPI dos Bingos – da qual faz parte – não se intimidará. Ele anunciou que irá pedir a prorrogação dos trabalhos da comissão, para que o

caso Celso Daniel, bem como as ameaças de morte sofridas por Bruno e João Francisco, sejam apurados até o fim. O vice-presidente da CPI dos Bingos, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), em aparte, também se manifestou favorável à prorrogação dos trabalhos.

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já deveria ter chamado os familiares do ex-prefeito e ter anunciado as providências para protegê-los.

## Virgílio: "Lula mistura cinismo e incompetência"

Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou a entrevista que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedeu à revista *The Economist* antes de iniciar, no próximo dia 7, visita ao Reino Unido. O parlamentar considerou intrigante a declaração do presidente de que não tem pressa de ver a economia brasileira crescer.

Na análise de Virgílio, uma das técnicas da máquina governamental montada por Lula é convencer o país de que o PT é uma coisa, a corrupção é outra

e o presidente da República não tem nada a ver com isso.

– Outra técnica é afastar seu governo de resultados pífios para manter a imagem de salvador da pátria. Ele diz que o governo não deveria ficar deprimido com as críticas ao baixo crescimento da economia. O governo é ele. É uma mistura explosiva de cinismo e incompetência – disse.

Na opinião do parlamentar, quem está deprimido com toda essa situação é o povo brasileiro, que sente que o país precisa

crescer, apesar de o governante ter deixado claro, na entrevista à *The Economist*, que essa não está entre suas metas urgentes.

Referindo-se à coluna de Sonia Racy, publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, Virgílio estranhou a notícia de que Antonio Palocci teria aceitado afastar-se do ministério para coordenar a campanha de Lula à reeleição. Para o senador, o ministro está no cargo exatamente em razão da estabilidade que garantiu em meio às denúncias contra o governo Lula.

## Mozarildo encaminhará representações contra Jucá

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou que apresentará representações à Corregedoria, ao Conselho de Ética e à Mesa do Senado contra Romero Jucá (PMDB-RR). Sem citar nomes, o senador pelo PMDB, em discurso na véspera, fez a seguinte afirmação: "Não fui eu que desviei recursos públicos da 4ª Secretaria do Senado. Não fui eu que falsifiquei declaração para filha minha ser juíza".

Mozarildo informou que foi 4º secretário do Senado, mas que esse cargo não lida com recursos públicos. Disse ainda que tem uma filha juíza que é concursada, tendo sido aprovada em primeiro lugar para a função que exerce no Distrito Federal.

Na quinta-feira, Mozarildo cobrou a apuração de denúncias de corrupção contra Jucá. O discurso foi uma reação por Jucá ter acusado o governador de Roraima, Ottomar Pinto, de comandar a invasão de sua residência e de seu escritório em Boa Vista.

## Jucá pede investigação de denúncias contra Mozarildo

Romero Jucá (PMDB-RR) disse na sexta-feira que entrará com representação junto ao Conselho de Ética do Senado, pedindo que sejam investigadas denúncias contra Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Jucá afirmou que, sem julgamento de valor, pedirá ao conselho que investigue a contratação, pela 4ª Secretaria do Senado, quando Mozarildo era o 4º secretário, de um jornalista de Roraima.

– O jornalista Expedito Perônico jamais deu um dia de serviço nesta Casa – assinalou. Jucá frisou que recebeu denúncia de que o gabinete de Mozarildo teria fornecido uma certidão falsa para uma filha do parlamentar petebista, que é juíza, e destacou que não fez acusação diretamente contra ninguém, apenas recebeu informações e pede esclarecimentos. Jucá afirmou ainda que tem prestado esclarecimentos sobre processos abertos contra ele próprio e que vem sendo vítima de calúnias em Roraima nos últimos 16 anos.



## 180 anos do Senado

No terceiro capítulo da série, a atuação de senadores nos debates pela abolição da escravatura e durante aos últimos anos do Império



# Fim da escravidão e do Império

**A**pós anos de lutas pela pacificação do país, o Segundo Império se vê diante da principal mácula da história brasileira: a escravidão. Por orientação de dom Pedro II, os senadores buscam formas para que a abolição aconteça sem

“arruinar” a economia. Enquanto isso, as bases da monarquia se fragilizam: a Igreja descontente com a influência da maçonaria, os militares seduzidos pelos ideais republicanos e, por fim, os latifundiários revoltados pela libertação da mão-de-obra servil

## Abolição da escravatura demorou meio século e teve apoio decisivo do imperador

Quando finalmente a princesa Isabel, regente numa das ausências do pai imperador, assinou a Lei 3.353 – conhecida como Lei Áurea –, em 13 de maio de 1888, o senador Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha, ressaltou que, dali a 20 anos, a escravidão estaria extinta.

O debate abolicionista foi lento e, muitas vezes, acalorado. Desde a proibição do tráfico negreiro, pela Lei Eusébio de Queirós, se passaram quase quatro décadas, mas a discussão remontava à independência. Em 1831, já se havia aprovado lei extinguindo o tráfico, que não passou de letra morta.

Dom Pedro II apoiava a causa abolicionista, mas era a favor de uma “libertação gradativa”. Em 1867, na sua Fala do Trono, na abertura dos trabalhos legislativos, afirmou ter interesse em resolver a questão servil. “A parte que cabe ao imperador em tudo o que se executou pela causa da libertação é muito grande, é essencial”, destacaria o grande abolicionista, deputado Joaquim Nabuco.

Em 1871, o senador José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, designado primeiro-ministro, resolveu incluir em seu programa de governo a questão dos escravos. Em 28 de setembro, a princesa Isabel promulgou a Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, que declarou libertos a partir daquela data os filhos de escravas, além de reconhecer personalidade jurídica aos escravos – o que lhes dava direito a ter bens e deixá-los aos herdeiros.

Após a fundação da Confederação Abolicionista, em 1883,

### João Alfredo, abolicionista e monarquista

Durante 15 meses, o senador João Alfredo Correia de Oliveira chefiou o penúltimo gabinete do Império, responsável pela libertação dos escravos. Abolicionista e monarquista convicto, foi escolhido senador por seu estado, Pernambuco, em 1877. Destacou-se também por seu trabalho na área da educação. Lutou pelo ensino primário obrigatório, pela expansão do sistema educacional e pela criação de escolas profissionalizantes e bibliotecas populares.



Na gravura de Johann-Moritz Rugendas, senhor pune seu escravo com palmatória, cena comum no Brasil ao tempo do Império

e a libertação dos escravos na província do Ceará, em 1884, a questão é acirrada. No 14º aniversário da Lei do Ventre Livre, dom Pedro II sancionou a Lei dos Sexagenários, cujo texto era de autoria de dois senadores, o primeiro-ministro afastado José Antônio Saraiva e o então presidente do Conselho de Estado, João Maurício Wanderley II, o Barão de Cotegipe. Pela lei, todo escravo que completasse 60 anos de idade seria automaticamente liberto.

### Abolição aprovada em apenas dois dias

O penúltimo gabinete do Império foi organizado pelo senador João Alfredo Correia de Oliveira em 10 de março de 1888. A abo-

### Barão de Cotegipe, libertação com indenização

Escolhido senador pela Bahia em 1856, José Maurício Wanderley II, o Barão de Cotegipe, foi presidente do Senado, entre 1882 e 1885, e presidente do Conselho de Estado, entre 1885 e 1888. Foi co-autor, junto com o senador José Antônio Saraiva, da Lei dos Sexagenários. Foi defensor ferrenho do pagamento de indenização aos senhores de escravos, para que se efetivasse uma abolição total da escravatura, sem que houvesse a “ruína da economia nacional”.

## Igreja adere à República e Exército derruba o regime

“Ganhou a partida, mas perdeu o trono”, ironizou o senador Barão de Cotegipe ao ser destituído do cargo de primeiro-ministro pela princesa Isabel. A abolição da escravatura é considerada por muitos o último ato do Império brasileiro. Sem apoio nem mesmo dos latifundiários, restava à família imperial aguardar a República, que viria em 15 de novembro de 1889.

A liberdade de imprensa dada pela Constituição de 1824 e exaltada pelo imperador chegou ao máximo com a publicação do jornal *A República*, no qual divulgou-se, em 3 de dezembro de 1870, o Manifesto Republicano, com críticas incisivas ao regime monárquico e aos poderes concentrados nas mãos do imperador.

Em 1873, realizou-se a primeira convenção republicana, em Itu (SP). Em 1885, foram eleitos os três primeiros deputados republicanos: Álvaro Botelho e os futuros presidentes da República Campos Sales e Prudente de Moraes.

### Ideais republicanos conquistam os católicos

O catolicismo era a religião oficial do Brasil, segundo a Constituição de 1824. Padres eram funcionários públicos, recebendo salários do Tesouro e obedecendo às ordens do imperador. Após o apoio direto da Maçonaria ao abolicionismo, os bispos de Olinda (PE) e de Belém determinaram que os maçons fossem expulsos dos quadros de suas dioceses.

Em 1874, os bispos foram presos por ordem do Conselho de Estado. O senador Cândido Mendes de Almeida, o Viscon-

de de Vieira da Silva, assumiu a defesa judiciária de ambos e perdeu a causa, com os réus sendo condenados a quatro anos de trabalhos forçados. A anistia veio no ano seguinte por sugestão do senador Duque de Caxias, então primeiro-ministro, mas não foi suficiente para evitar que muitos membros da Igreja passassem a considerar a República como uma forma de libertação das amarras imperiais.

### Militares, responsáveis diretos pela derrocada

Em 1884, o governo determinou que, de acordo com os regulamentos, os militares eram proibidos de discutir assuntos políticos pela imprensa, exceto com autorização expressa do ministro da Guerra. O Exército, muito influenciado por ideais republicanos, passou a ser o responsável direto pela queda do Império.

O golpe militar contra a Monarquia estava previsto para 20 de novembro de 1889. O descontentamento do Exército era imenso, especialmente depois de dom Pedro II nomear um gabinete conservador, sob o comando do senador Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto. O primeiro-ministro era um opositor antigo a várias causas militares.

Em 14 de novembro, contudo, a notícia de que Benjamin Constant e o marechal Deodoro da Fonseca seriam presos precipitou o movimento. A resposta veio pela antecipação do golpe para 15 de novembro. Sob o comando de Deodoro, tropas depuseram o gabinete e, à tarde, foi proclamada a República.

### HISTÓRIA BRASILEIRA - CRONOLOGIA 1870-1889

03/12/1870	Publicação do Manifesto Republicano
28/9/1871	Promulgada a Lei Rio Branco, ou Lei do Ventre Livre
28/12/1872	Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, exige a expulsão dos maçons das ordens religiosas de sua diocese
25/3/1873	Dom Antônio de Macedo Costa, bispo de Belém, expede pastoral contra a inclusão de maçons nos quadros das irmandades religiosas
12/6/1873	Ordem do Conselho de Estado exige que o bispo de Olinda reconsidere seu interdito à Maçonaria
2/7/1873	Realização do 1º Congresso do Partido Republicano Paulista
2/1/1874	Prisão do bispo de Olinda
28/4/1874	Prisão do bispo de Belém
17/9/1875	Anistia aos bispos presos no ano anterior
25/3/1884	Libertação dos escravos no Ceará
1884	Militares são proibidos de se manifestar pela imprensa
28/9/1885	Promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei dos Sexagenários
13/5/1888	Promulgada a Lei 3.353, ou Lei Áurea
15/11/1889	Proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca

## Voz do Leitor

## PARLAMENTARES

“O povo necessita que os parlamentares trabalhem de segunda a sexta-feira. E sugiro que seja extinto o auxílio-moradia para os políticos do Brasil.”

**Ronaldo Jorge dos Passos Nascimento, de Belém (PA)**

## DISPOSITIVO SONORO

“Sugiro a apresentação de uma proposição para fazer constar do Código de Trânsito Brasileiro a exigência de instalação de dispositivo sonoro em veículos automotores de transporte de carga e coletivos de passageiros. O dispositivo seria acionado no momento de engate da marcha a ré e serviria para alertar os pedestres e assegurar sua proteção contra atropelamentos, que são freqüentes nessas situações. Há muitos casos com vítimas fatais, inclusive crianças.”

**Wilton Robson Alvarenga, de Brasília (DF)**

## CONSELHOS TUTELARES

“Senadora Patrícia Saboya, como defensora dos direitos das crianças e dos adolescentes e sabedora de que o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente garante que esses sejam cumpridos, peço que vossa excelência faça alguma coisa pelos conselheiros, para que seus direitos também possam ser garantidos, como carteira assinada e previdência social.”

**Júlio César Ribeiro Souza, de São Domingos do Maranhão (MA)**

## HOMEM DO CAMPO

“Solicito mais atenção para o homem do campo e que

sejam feitos investimentos nele. Com a ausência de chuva, o Rio Grande do Norte fica muito prejudicado. O rebanho e as atividades agrícolas ficam em perigo.”

**Jerry Adriano de Souza, de Apodi (RN)**

## EDUCAÇÃO

“Educação é um instrumento transformador do caráter que proporciona nova consciência política. Existe uma questão emergencial de investimentos e formação na área de educação e de educadores. Há a educação que perpassa os diversos momentos da formação humana e, de igual modo, existe a educação formal: o ensino infantil, fundamental, médio e universitário. A posição do senador Garibaldi Alves, manifestando sua preocupação com o desafio da educação diante da globalização, talvez seja um dos grandes avanços da política brasileira. A formação educacional dos brasileiros é a alavanca para a liberdade, igualdade, fraternidade e evolução.”

**Nestor Rodrigues da Silva, de Mogi Guaçu (SP)**

## JORNAL DO SENADO

“Primeiramente gostaria de parabenizar toda a equipe do **Jornal do Senado** pela qualidade desse informativo que leva às regiões mais remotas deste imenso país informações indispensáveis para o cidadão brasileiro. Sou professor e, assim que recebo uma nova edição do jornal, leio e levo opiniões para discutir com meus alunos em sala de aula.”

**Francisco José Coutinho Neto, de Miracema (RJ)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## Pergunte ao Senador

## COBAIAS HUMANAS

**André Leozir Siqueira, de Vila Rica (MT)**

“Senador Cristovam Buarque, qual é a posição da Universidade da Flórida em relação a indenizar famílias usadas como cobaias em suposta pesquisa contra a epidemia da malária no Amapá?”

**O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) responde:**

Caro André, até agora não temos uma resposta formal da Universidade da Flórida, mas realizaremos uma audiência pública sobre esse assunto na Comissão de Direitos Humanos. Quando recebemos denúncias de que isso estava acontecendo, não acreditei que fosse verdade. Como presidente da Comissão de Direitos Humanos, decidi ver de perto. Fui a Macapá e viajei uma hora e meia de barco para conhecer a comunidade. Lamentavelmente, tudo foi comprovado. Houve manipulação de seres humanos, que foram usados como cobaias. Ao contrário da opinião de alguns, acredito que precisam existir pesquisas com pessoas participantes. Elas poderiam permanecer em um local até determinada hora da noite para capturar o mosquito, antes de sofrerem picadas. Eventualmente, poderia acontecer de elas serem picadas, mas isso seria um acidente. Viajei pensando dessa forma, mas constatei que as pessoas não somente assinavam um contrato para serem picadas por cem mosquitos a cada noite, como as sessões eram divididas em quatro etapas. Vinte e cinco mosquitos eram colocados em um copo. Uma tela ficava em contato com o corpo e através dela as pessoas eram picadas. Os mosquitos picavam até ficarem saciados e não conseguem mais voar e então eram recolhidos e entregues aos pesquisadores. Isso ocorria durante sete noites seguidas para a pessoa ganhar R\$ 12, o que me deixou enfurecido e envergonhado. Mas o que mais me entristeceu foi ver pessoas reclamarem pelo fato de a pesquisa ter sido suspensa, porque viviam disso. Infelizmente, no Brasil, indivíduos ainda se submetem a serem picados por mosquitos – situação que alguns entrevistados nos descreveram como uma tortura –, correndo o risco de contraírem malária, porque precisam dos R\$ 12.



## BAIXA RENDA E SANEAMENTO BÁSICO

**José Roberto Rodrigues Maia, de Senhor do Bonfim (BA)**

“Senador Leonel Pavan, os maiores problemas dos municípios são falta de moradia para a população de baixa renda e saneamento básico. Quais os projetos que vossa excelência defende no Senado com relação a esses dois problemas?”

**O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) responde:**

Prezado José Roberto, recebemos quase que diariamente cartas, telefonemas e e-mails de entidades e de pessoas pedindo uma política para atender os sem-teto oferecendo habitação e saneamento básico. Na verdade, projetos para isso não faltam. O que é preciso é responsabilidade social. Há recursos e mecanismos legais. Ocorre que não implantaram os mecanismos existentes nos três anos do governo Lula. Agora, o presidente, no último ano do seu governo, um ano eleitoral, anunciou investimentos nessas áreas. Se não existissem mecanismos legais, leis, o governo não estaria dando prioridade a esses setores de grande importância para a nossa população.



## Frases

“Pobre ensino brasileiro. Vai ter que ouvir lulismo dos pés à cabeça”

**Arthur Virgílio**, sobre notícia de que o governo vai distribuir cartilhas sobre a auto-suficiência nacional em petróleo.

“Quem pariu Mateus que o embale. Essa coisa da reeleição acaba provocando tudo isso”

**Renan Calheiros**, ao rebater críticas às viagens do presidente Lula, dizendo que a reeleição foi aprovada no governo anterior.

“Cueca suja não honra governo que prega moralidade aqui e pratica sujeira acolá”

**Heráclito Fortes**, anunciando que será exigida a apuração de casos como o do assessor do PT pego com US\$ 100 mil na cueca.

“O vestibular é uma tortura psicológica e não é a melhor forma de promover a igualdade entre pobres e ricos”

**Sibá Machado**, em defesa do projeto que institui o sistema de cotas nas universidades federais para egressos de escola pública.

“A verdadeira política de cotas seria permitir que todos terminassem um ensino médio de qualidade em condições de igualdade para disputar uma vaga na universidade”

**Cristovam Buarque**, sobre as cotas no ensino superior.

“Esses banqueiros vão lá agora tomar, em hasta pública, as fazendinhas, os poucos cavalos, as vaquinhas e o casebre dos agricultores necessitados”

**Mão Santa**, defendendo a derrubada do anunciado veto presidencial à repactuação das dívidas agrícolas do Nordeste.

“A propina mensal, que classifico como uma autêntica extorsão, era considerada como um custo político para a gente trabalhar sossegado”

**João Antonio Setti Braga**, admitindo que os donos de ônibus de Santo André pagavam propina.

“Eu concordo com a prorrogação. Sou um soldado que quer avançar na luta”

**Osmar Serraglio**, relator da CPI dos Correios, defendendo a continuidade dos trabalhos.

## Foto da Semana

Apesar dos esforços do relator, deputado Carlito Merz (PT-SC), ainda não há acordo para a votação do relatório geral do Orçamento da União para 2006, que já está com três meses de atraso e pode emperrar mais uma vez, agora devido à compensação para os estados pelas perdas provocadas com a desoneração do ICMS das exportações, a chamada Lei Kandir.



MARCELLO CASAL JR/ABR

# TV apresenta Ecosenado

A ecologia ganha espaço cativo na tela da TV Senado com o programa *Ecosenado*, voltado ao debate de assuntos ecológicos. Já estão no ar desde 5 de fevereiro diversas inserções diárias de séries temáticas com cinco minutos de duração, compiladas em programa especial com cerca de 20 minutos, veiculados periodicamente.

Em sua estréia, o *Ecosenado* apresentou a "permacultura", técnica que orienta as intervenções do homem na natureza, tendo como princípios a biossustentabilidade e a harmonia.

Desde a semana passada, dia 26, estão sendo levadas ao ar reportagens sobre as belezas naturais e ações em defesa do meio ambiente desenvolvidas no Ceará.

Esse será o tema do programa especial com 22 minutos, produzido a partir da edição de todas as inserções diárias, a ser

veiculado no próximo fim de semana – sexta-feira (10), às 22h30; sábado (11), às 16h e às 21h30; e domingo (12), às 15h30 e às 22h.

## Falésias, dunas e monólitos naturais

A série sobre o Ceará exibirá as falésias de Beberibe e as dunas de Quixaba, passando pelos monólitos naturais de Quixadá e o maciço de Baturité, um enclave de Mata Atlântica em plena caatinga.

O programa mostrará ainda a ação de retirada de cercas em loteamentos irregulares nas dunas e vai fazer um passeio ecológico pelo Parque das Trilhas. O *Ecosenado* tem direção de Ana Evelin, produção de Andréa Neiva e reportagem de

César Mendes.

Já a Rádio Senado aborda, no programa *Conexão Senado*, que vai ao ar nesta segunda-feira, ao meio-dia, os vários impasses para a aprovação do Orçamento de 2006.



As falésias de Beberibe, no Ceará, estão entre os destaques do novo programa da TV Senado

REPRODUÇÃO TV SENADO

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

### SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

## Como sintonizar

**FM**  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil

- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais

- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias

## RESENHA

## A luta pela abolição, em todos os detalhes

ALEXANDRE GUIMARÃES

A abolição da escravidão africana no Brasil engloba debates que duram desde 1830 à, pelo menos, sanção da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Mas por que o uso do “pelo menos”? Porque a luta continuou. O grande abolicionista Joaquim Nabuco, deputado e escritor, começou, naquele mesmo ano, o debate ainda inconcluso pela urgente reforma agrária no país.

Em *A Abolição*, volume 39, das Edições do Senado Federal, Osório Duque Estrada, mais conhecido como autor da letra do Hino Nacional brasileiro, traça o histórico completo do processo abolicionista. Expõe também as origens da escravidão em território brasileiro, confirmando o que relatou Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro: “Escravos africanos vieram para o Brasil desde a sua primitiva colonização”.

O papa Inocêncio VIII foi o primeiro a criticar o ressurgimento da escravidão, como uma “abominável revivescência do paganismo”. A justificativa vinha da necessidade de colonizar o novo continente. Do tempo das capitanias hereditárias à

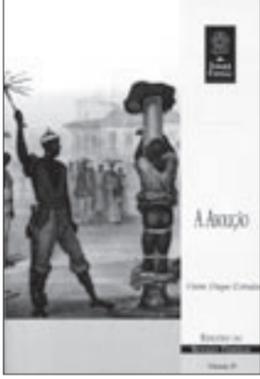
proibição do tráfico pela Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, foram milhões os escravos trazidos da África.

O debate pela abolição total seguiria lento. O Brasil seria o último dos países a se livrar da mancha da escravidão. A Inglaterra libertou os escravos de suas colônias em 1833; Suécia e Holanda, em 1846; França e Dinamarca, em 1848; Portugal, em 1856; e Estados Unidos, em 1865.

O argumento escravocrata, acolhido por muitos, especialmente dom Pedro II, era o de que a abolição resultaria numa falência geral da nação. Agricultores de todo o país teriam de ser ressarcidos. O imperador, abolicionista contido, era a favor da “libertação gradativa”, que terminou ocorrendo.

Mais exaltada, sua filha, a princesa Isabel, resolveu dar um fim à questão ao nomear o gabinete João Alfredo em 1888 e apresentar ao Parlamento o projeto da Lei Áurea.

Duque Estrada faz relato completo dessa história. Seu texto é básico para o estudo do processo abolicionista e a obra conta com um magnânimo prefácio de autoria de Rui Barbosa.



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *A Abolição*, volume 39, das Edições do Senado Federal pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-4755.

## SENADO

## Rádio é finalista em prêmio de reportagem

O programa especial *Brasil Desigual*, produzido em 2005 pela Rádio Senado, está entre os 15 finalistas, em sua categoria, da oitava edição do GP Ayrton Senna de Jornalismo. O documentário, da repórter Patrícia Novaes, trata das desigualdades regionais e sociais no país e foi selecionado entre mais de 1.500 trabalhos inscritos. Patrícia e o repórter Celso Cavalcanti visitaram as cidades de Manari (PE) e São Caetano do Sul (SP), respectivamente os dois municípios brasileiros com menor e maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Ao acompanhar os depoimentos dos cidadãos que vivem nas duas cidades, o ouvinte é levado a constatar, na prática, o que há



Vista aérea de São Caetano, município vizinho de São Paulo que apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento Humano do país

muito já se sabia na teoria: apesar da melhora em vários indicadores sociais nos últimos 30 anos, nesse imenso território convivem dois brasis totalmente diferentes – o Brasil do Sul e do Sudeste, com indicadores de renda, educação e longevidade próximos aos dos países desenvolvidos, e o Brasil

do Norte e, principalmente, do Nordeste, onde há escassez de quase tudo.

A edição e a apresentação do especial da Rádio Senado é também de Patrícia Novaes; a produção musical, de Alcebíades Muniz Neto, e o responsável pelos trabalhos técnicos é André Menezes.

## Cedoc Multimídia preserva memória

Criado recentemente, o Centro de Documentação do Senado (Cedoc Multimídia) dá início a uma nova era de preservação de áudio, vídeo, fotos e textos produzidos na Casa e que compõem um dos maiores acervos da história do Senado. A Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais tem como objetivo supervisionar a identificação, o uso, o tratamento, o armazenamento e o arquivamento do acervo multimídia dos órgãos

de comunicação do Senado, da Secretaria Técnica de Eletrônica e do Instituto Legislativo Brasileiro.

– É a conclusão de um processo que passou pela implantação de um sistema de arquivo e de uma comissão de gerenciamento de áudio e vídeo. A quantidade de mídias é motivo de preocupação crescente, seja pelo espaço e os custos envolvidos, seja pelos riscos de perda de registros – explica a diretora do Cedoc, Edna Carvalho.

## Aula abre ano letivo em órgãos da Casa

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) ministra nesta quarta-feira, às 10h, aula inaugural do ano letivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Unilegis e do Interlegis. O tema da aula, que ocorrerá no auditório do Interlegis, será “A Ética no Serviço Público”.

## Livro analisa discursos de posse dos presidentes

Os discursos de posse dos presidentes do Senado desde o início da República são comentados no livro *Sob o Signo de Rui Barbosa – A Oratória dos Presidentes do Senado*, com lançamento nesta quarta-feira, às 15h30, no Salão Nobre. O livro é do consultor legislativo João Bosco Bezerra Bonfim, que estudou mais de um século da vida republicana brasileira, desde Floriano Peixoto, que, apesar de ovacionado, não pronunciou nenhuma palavra, tão tenso era o ambiente de instalação do Senado republicano.

## Conheça o Senado



Então presidente do Senado, José Fragelli coordenou a sessão em que foi ouvido o ministro Dílson Funaro

## Há 20 anos, Plano Cruzado era lançado

Anunciado em 28 de fevereiro de 1986, o Plano Cruzado, lançado no governo do presidente José Sarney, hoje senador pelo PMDB de Amapá, surpreendeu milhões de brasileiros, preocupados com a incontrolável desvalorização salarial diante das altas taxas de inflação. No Senado, os parlamentares debateram o plano por diversas vezes e tiveram a oportunidade de inquirir o então ministro da Fazenda, Dílson Funaro, em dezembro do mesmo ano, poucos dias depois de ter sido lançado o Plano Cruzado II.

A sessão plenária foi coordenada pelo então presidente da Casa, senador José Fragelli (PMDB-MS).

O então senador Roberto Campos

(PDS-MT) ponderou que promessas do ministro Funaro acabaram por não ser cumpridas.

– A doença, agora visível, do Plano Cruzado é uma básica incoerência. Parte-se da hipótese de uma inflação inercial, que por sua vez pressupõe um déficit fiscal zero, quando nada disso existia – afirmou Campos.

Já o então senador pelo PMDB Fernando Henrique Cardoso (SP) questionou o ministro sobre o perigo da recessão e manifestou preocupação com o setor público, mas apontou alguns pontos que chamou de “avanços”.

– Acho que houve no Brasil um grande avanço na modernização do aparelho estatal em tudo o que diz res-

peito à relação entre o Estado e a vida econômica. Hoje existe competência técnica, organização, capacidade de decisão em várias áreas da economia – disse.

O Plano Cruzado mudou a moeda brasileira de cruzeiro para cruzado novo. Além disso, foram congelados os preços das mercadorias, para conter a inflação, objetivo maior do plano. Os salários, também congelados, seriam corrigidos anualmente ou sempre que a inflação atingisse 20%, o que ficou conhecido como “gatilho salarial”.

O fracasso também tomou conta do segundo plano, o que levou à queda do ministro poucos meses depois de ele ter estado no Senado.

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Mikhail Lopes, Suelly Bastos e Valter Gonçalves Júnior.  
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e

Davi Emerich (61) 3311-1670  
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

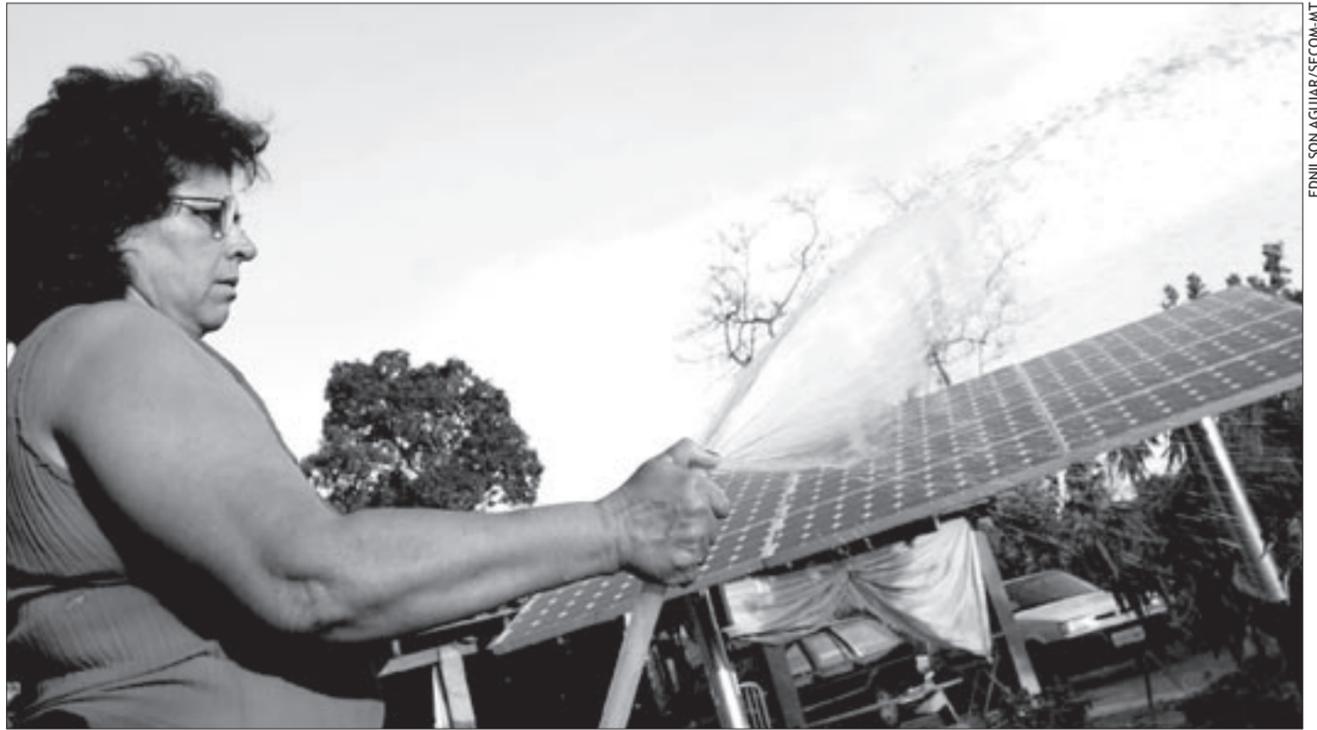
# Energia: a alternativa é economizar

Na última edição, o *Especial Cidadania* tratou de um dos maiores problemas do mundo atual: a necessidade de ampliar a oferta de energia, de forma a atender à crescente demanda e a prevenir a escassez das fontes não renováveis usadas hoje.

Os esforços têm sido feitos visando gerar energia em larga escala a partir de novas fontes, inesgotáveis e não poluentes, e reduzir o consumo, seja por meio do combate ao desperdício ou pelo uso de tecnologia para criar residências, condomínios e escritórios cada vez menos dependentes de fontes externas de energia – as chamadas "casas inteligentes", que usam conceitos de conforto ambiental e de eficiência energética e estão sendo testadas no Brasil, Estados Unidos, Alemanha e Japão.

A casa inteligente é capaz de produzir eletricidade a partir da energia solar e até de devolver o excedente à rede elétrica. Calcula-se que, em poucos anos, com o aperfeiçoamento dos sistemas de captação solar, as casas se tornem auto-suficientes, devolvendo à rede pública 100% da eletricidade consumida à noite e nos dias nublados.

A nova casa, entre outras inovações, produz água quente; possui vidros especiais, ventiladores e aberturas de ventilação automatizadas; armazena a água da chuva e a usa para refrigeração; tem barreiras que diminuem a intensidade dos ventos fortes de inverno e trata a água dos



A energia solar obtida por meio de placas coletoras tanto pode aquecer a água quanto produzir energia elétrica

efluentes por meio de zonas de raízes.

Além de laboratório, a casa será também uma vitrine de idéias para quem deseja construir. Se todas as residências de São Paulo tivessem os mecanismos das casas experimentais, elas poupariam o equivalente a 5% da produção da usina de Itaipu – energia suficiente para abaste-

cer os quatro maiores municípios do ABC paulista durante um ano.

Felizmente, a sociedade pode fazer mais do que esperar pelo aperfeiçoamento dessas soluções. O uso de fontes alternativas como a energia solar e o álcool combustível, por exemplo, e ações para economizar eletricidade estão ao alcance de todos.

As empresas hoje podem pedir o auxílio de especialistas para reduzir o consumo e os custos da energia que consomem, e cada cidadão, em casa ou no trabalho, pode contribuir economizando e evitando o desperdício e, ainda, lucrar com isso, pagando uma conta de energia menos salgada.

## Bom para o bolso - dicas para reduzir o consumo

- Quando for construir ou reformar, planeje a casa para que ela aproveite ao máximo a luz do sol, com janelas grandes, jardins de inverno, telhas transparentes, clarabóias etc. Se possível, instale sistema de aquecimento solar.
- Mantenha desligados da tomada os aparelhos que não são usados o tempo todo e desligue todos se for viajar.
- Na hora de comprar, verifique o consumo e prefira os aparelhos com o Selo Procel de Economia de Energia.
- Atenda a todas as recomendações do fabricante, em especial as relativas à economia de energia e à limpeza periódica do aparelho – a sujeira em geral aumenta o consumo.
- Adquirir o hábito de avaliar se é mesmo necessário manter ligado cada um dos aparelhos de que dispõe.

### Iluminação

- Use lâmpadas adequadas a cada ambiente e prefira as fluorescentes compactas ou tubulares – gastam menos, duram e iluminam mais. Pinte paredes e teto com cores claras, que refletem mais luz, exigindo lâmpadas de menor potência.
- Nos circuitos, use interruptores por setores para não ficar tudo ligado quando estiver usando apenas uma área de um ambiente.
- Procure usar controladores de nível de iluminação (*dimmer*) e sensores de presença.
- Prefira a iluminação dirigida, utilizando *spots*, luminárias de mesa e arandelas, para leitura e trabalhos manuais.

### Geladeira e freezer

- Instale-os em lugares ventilados, afastados das paredes em pelo menos

10 centímetros, fora do alcance do sol e de fontes de calor como os fogões.

- Não use a parte traseira para secar roupas, panos e tênis.
- Ajuste a temperatura de acordo com o clima e a quantidade de alimentos.
- Antes de abrir, pense em tudo o que precisa colocar ou retirar para ficar o menor tempo possível com a porta aberta.
- Não ponha alimentos quentes ou líquidos em vasilhas sem tampa.
- Não forre as prateleiras, impedindo a boa circulação do ar frio.
- Troque a borracha de vedação da porta sempre que necessário. Para testá-la coloque uma folha de papel entre a porta e o gabinete (corpo da geladeira) e feche. Tente tirar a folha: se sair com facilidade, chegou a hora de trocar as borrachas.
- Não desligue à noite para ligar no dia seguinte.

### Ferro de passar

- Na compra de um novo, prefira os modelos a vapor, com potência menor, que podem ser até 50% mais econômicos.
- Evite ligar o ferro com frequência. Junte a roupa e passe-a toda em apenas um ou dois dias da semana.
- Use a temperatura indicada para cada tipo de tecido, procurando aproveitar o ferro em aquecimento ou desaquecimento para passar as peças que exigem temperaturas mais baixas.
- Não seque peça de roupa com o ferro.

### Chuveiro elétrico

- Quando for comprar um novo, prefira aqueles com potências menores, entre 3 mil e 4 mil watts.
- Nos dias quentes, use o chuveiro na

posição "verão".

- Seja breve – desligue o chuveiro ao se ensaboar ou fazer a barba e evite escovar os dentes durante o banho.
- Não utilize o chuveiro para aquecer o ambiente.
- Ajude seus filhos menores a tomar banho – não os deixe fazê-lo sozinhos.

### Televisor e aparelhos de som

- Ao comprar, prefira os modelos que possam ser programados para desligar, evitando que, ao cair no sono, o aparelho fique ligado.

### Máquina de lavar roupa e secadora

- Lave sempre a carga máxima de roupas indicada pelo fabricante.
- Use a quantidade de sabão sugerida pelo fabricante para evitar número maior de enxágües.
- Regule corretamente o tempo de funcionamento da secadora e a temperatura ideal para cada tipo de tecido.

### Ar-condicionado e ventiladores

- Peça a um técnico que defina a potência ideal para o ambiente, evitando comprar aparelho mais potente que o necessário.
- Instale o aparelho em local com boa circulação de ar e menor incidência possível de raios solares.
- Mantenha portas e janelas bem fechadas.
- Regule o termostato de acordo com o clima e não tampe a saída de ar dos aparelhos.
- Use cortinas e persianas e plante árvores e arbustos que façam sombra para ajudar a manter o ambiente fresco.

## Para acabar com a fuga de eletricidade

Para identificar se há fuga de energia, desconecte todos os aparelhos das tomadas e apague todas as luzes. Verifique o relógio: se ele continua girando, há energia escapando. Chame um eletricista para verificar as conexões (emendas) em todas as caixas de passagem, nos interruptores, tomadas e pontos de luz, circuito por circuito. Agora é checar os aparelhos. Comece pelos que dão choque. Com tudo desligado, conecte um de cada vez à tomada e observe se o relógio continua girando. Em caso positivo, leve o eletrodoméstico a uma assistência técnica para resolver o problema.

### Informações

#### Governo federal

Ministério de Minas e Energia - Eletrobras  
Procel - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica  
[www.eletrobras.gov.br/procel](http://www.eletrobras.gov.br/procel)  
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica  
[www.ccee.org.br](http://www.ccee.org.br) (pode-se acessar as páginas das concessionárias de energia de todo o país)

#### Universidades e instituições

Caderno Digital sobre Energia, Ambiente e Desenvolvimento - UFSC  
[www.guiafloripa.com.br/energia/](http://www.guiafloripa.com.br/energia/)  
Grupo de Economia da Energia - UFRJ  
[www.gee.ie.ufrj.br](http://www.gee.ie.ufrj.br)  
Escola de Engenharia Elétrica de São Carlos - USP  
[www.sel.eesc.usp.br/eletrica/](http://www.sel.eesc.usp.br/eletrica/)  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
[www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)  
Sociedade do Sol  
[www.sociedadedosol.org.br](http://www.sociedadedosol.org.br)  
Inovação Tecnológica  
[www.inovacaotecnologica.com.br](http://www.inovacaotecnologica.com.br)  
Portal das Energias Renováveis (Portugal)  
[www.energiasrenovaveis.com](http://www.energiasrenovaveis.com)